



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
Centro Regional das Beiras

Departamento de Economia, Gestão e Ciências Sociais

Mestrado em Ciências da Educação
Especialização em Administração e Organização Escolar

A PERTINÊNCIA DE UMA ESCOLA
PROFISSIONAL NA REGIÃO de LAMEGO –
ESTUDO EMPÍRICO

Olga Maria Monteiro Ferreira

Professor Orientador: Prof. Doutor Nuno Filipe Rosa Melão

Viseu, abril de 2012

AGRADECIMENTOS

Quando realizamos um trabalho de investigação vários são os contributos que nos são prestados e muitas as pessoas a quem ficamos profundamente gratos.

De entre todas as ajudas recebidas não posso deixar de agradecer ao Prof. Doutor Nuno Filipe Rosa Melão, pois sem a sua preciosa orientação todo este trabalho teria sido improfícuo.

A todos os entrevistados, que comigo colaboraram na realização deste estudo, pelo enriquecimento que me proporcionaram e por tornarem todo o meu trabalho possível.

Aos meus amigos, namorado e família que me ajudaram a concluir esta etapa da minha vida.

O meu mais profundo reconhecimento.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	2
ÍNDICE DE QUADROS.....	5
RESUMO	8
ABSTRACT	9
INTRODUÇÃO	10
1.1. OBJETIVOS DO ESTUDO	11
1.2. ESTRATÉGIA DA INVESTIGAÇÃO	12
2. ORGANIZAÇÃO DO DOCUMENTO	14
CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO	15
1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO ENSINO PROFISSIONAL	15
1.1. CURSOS TÉCNICO-PROFISSIONAIS.....	17
1.2. LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO	17
1.3 CRIAÇÃO DO GABINETE DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E PROFISSIONAL (GETAP)	18
1.4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	19
1.5. AVALIAÇÃO.....	19
2. EVOLUÇÃO DAS ESCOLAS PROFISSIONAIS	20
2.1. CARACTERIZAÇÃO/CONTEXTUALIZAÇÃO DO ENSINO PROFISSIONAL EM PORTUGAL NOS ÚLTIMOS 10 ANOS	21
2.2 DESAFIOS COLOCADOS ÀS ESCOLAS PROFISSIONAIS PRIVADAS	25
3. FINANCIAMENTO	28
3.2. Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).....	32
3.2.1. Programa Operacional do Potencial Humano (POPH)	33
4. A ORIENTAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL NUMA DIMENSÃO EUROPEIA	34
CAPÍTULO II – METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO	39
1. INTRODUÇÃO	39
2. A INVESTIGAÇÃO	39
3. ESTUDO DE CASO	41
4. LOCAIS DE ESTUDO.....	42
5. PARTICIPANTES/AMOSTRA	42

6.	ESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO.....	43
7.	TÉCNICAS DE RECOLHA DE DADOS	44
7.1.	ENTREVISTAS	45
	CAPÍTULO III - RESULTADOS	49
1.	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	49
1.1	Caracterização da amostra - Encarregados de Educação	51
1.2	Caracterização da amostra - Alunos.....	53
1.3	Caracterização da amostra - Professores	54
1.4	Caracterização da amostra – Empresários	55
1.5	Questionário Encarregados de Educação	56
1.6	Questionário Alunos.....	62
1.7	Questionário Empresários	69
1.8	Questionário Professores	75
	CAPÍTULO IV - CONCLUSÃO / REFLEXÕES FINAIS.....	84
1.	SINOPSE.....	84
1.1.	Questionário Encarregados de Educação	84
1.2	Questionário Alunos.....	85
1.3	Questionário Empresários	86
1.4	Questionário Professores	87
2.	LIMITAÇÕES DO ESTUDO.....	92
3.	PERSPETIVAS DE ESTUDO FUTURO	93
	BIBLIOGRAFIA	95
	ANEXOS.....	98

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Evolução do nº de Escolas Profissionais em funcionamento e do nº de alunos matriculados	21
Quadro 2: Jovens em cursos científico-humanísticos e em percursos de dupla certificação de nível secundário (2009/2010)	22
Quadro 3: Jovens que frequentam Cursos Profissionais (Comparação entre escolas secundárias e escolas profissionais)	23
Quadro 4: Evolução da oferta de cursos de dupla certificação em função da estratégia de crescimento definida	24
Quadro 5: nº de alunos inscritos nos Cursos Profissionais em Escolas Secundárias e Escolas Profissionais	26
Quadro 6: nº de jovens em cursos de dupla certificação de nível secundário	27
Quadro 7: Evolução do nº de alunos inscritos em cursos profissionais em escolas públicas e em escolas profissionais	27
Quadro 8: Evolução do peso do nº de alunos inscritos em cursos profissionais em escolas públicas e em escolas profissionais	28
Quadro 9: Governação das Escolas Profissionais	31
Quadro 10: Distribuição da amostra segundo a escola do educando	51
Quadro 11: Distribuição da amostra segundo o Género	51
Quadro 12: Distribuição da amostra segundo a Idade	52
Quadro 13: Distribuição da amostra segundo as Habilitações Académicas	52
Quadro 14: Distribuição da amostra segundo a Profissão	52
Quadro 15: Distribuição da amostra segundo a escola que frequenta	53
Quadro 16: Distribuição da amostra segundo o Género	53
Quadro 17: Distribuição da amostra segundo a Idade	53
Quadro 18: Distribuição da amostra segundo a escola onde leciona.....	54
Quadro 19: Distribuição da amostra segundo o Género	54
Quadro 20: Distribuição da amostra segundo a Idade	54
Quadro 21: Distribuição da amostra segundo as Habilitações Académicas	55
Quadro 22: Distribuição da amostra segundo a categoria profissional.....	55
Quadro 23: Distribuição da amostra segundo o Género	55

Quadro 24: Distribuição da amostra segundo a Idade	56
Quadro 25: Categoria 1 – retenções.....	56
Quadro 26: Categoria 2 – mudança de escola	57
Quadro 27: Categoria 3 – opção por curso profissional.....	57
Quadro 28: Categoria 1 – conhecimento do curso e da escola.....	58
Quadro 29: Categoria 2 – razão da escolha do curso	58
Quadro 30: Categoria 3 – vantagens do ensino profissional	59
Quadro 31: Categoria 4 – razão da escolha da escola do filho.....	59
Quadro 32: Categoria 1 – decisão pós-curso.....	60
Quadro 33: Categoria 2 – facilidade de acesso a emprego	60
Quadro 34: Categoria 1 – satisfação com a escola	61
Quadro 35: Categoria 2 – recomendação da escola.....	61
Quadro 36: Categoria 1 – pertinência das Escolas Profissionais Privadas	62
Quadro 37: Categoria 1 – retenções.....	63
Quadro 38: Categoria 2 – mudança de escola	63
Quadro 39: Categoria 3 – opção por curso profissional.....	64
Quadro 40: Categoria 1 – conhecimento do curso e da escola.....	64
Quadro 41: Categoria 2 – razão da escolha do curso.....	65
Quadro 42: Categoria 3 – vantagens do ensino profissional	65
Quadro 43: Categoria 4 – razão da escolha da escola.....	66
Quadro 44: Categoria 5 – FCT	66
Quadro 45: Categoria 1 – decisão pós-curso.....	67
Quadro 46: Categoria 2 – facilidade de acesso a emprego	67
Quadro 47: Categoria 1 – satisfação com a escola	67
Quadro 48: Categoria 2 – recomendação da escola.....	68
Quadro 49: Categoria 1 – pertinência das Escolas Profissionais Privadas	68
Quadro 50: Categoria 1 – opinião sobre implementação generalizada dos cursos profissionais nas escolas públicas.....	69
Quadro 51: Categoria 2 – relevância atribuída aos cursos profissionais no panorama da oferta educativa/formativa do ensino secundário	70
Quadro 52: Categoria 3 – impacto da abertura de cursos de dupla certificação nas escolas secundárias em relação às escolas profissionais.....	71
Quadro 53: Categoria 4 – alunos melhor preparados.....	72

Quadro 54: Categoria 1 – fatores que mais influenciam a opção dos alunos e das suas famílias por cursos profissionais	72
Quadro 55: Categoria 2 – motivo para os alunos optarem pela escola profissional privada, tendo o mesmo curso na escola secundária.....	73
Quadro 56: Categoria 3 – possibilidade de o aumento da oferta formativa deste tipo de ensino contribuir para a diminuição do insucesso/abandono escolar no ensino secundário.....	74
Quadro 57: Categoria 4 – escola que reúne as melhores condições para lecionar este tipo de cursos.....	74
Quadro 58: Categoria 1 – pertinência das Escolas Profissionais Privadas	75
Quadro 59: Categoria 1 – opinião sobre implementação generalizada dos cursos profissionais nas escolas públicas.....	76
Quadro 60: Categoria 2 – relevância atribuída aos cursos profissionais no panorama da oferta educativa/formativa do ensino secundário	77
Quadro 61: Categoria 3 – impacto da abertura de cursos de dupla certificação nas escolas secundárias em relação às escolas profissionais.....	78
Quadro 62: Categoria 4 – FCT	78
Quadro 63: Categoria 5 – alunos bem preparados para o mercado de trabalho	79
Quadro 64: Categoria 1 – acumulação com escola profissional privada	79
Quadro 65: Categoria 2 – motivação para lecionar cursos profissionais	80
Quadro 66: Categoria 1 – fatores que influenciaram escolha do curso e escola	80
Quadro 67: Categoria 2 – motivações dos alunos	81
Quadro 68: Categoria 3 – contributo da oferta formativa para a diminuição do insucesso/abandono escolar no ensino secundário	82
Quadro 69: Categoria 4 – condições da escola para lecionar estes cursos.....	82
Quadro 70: Categoria 1 – pertinência das Escolas Profissionais Privadas	83

Índice de figuras

Figura 1: Apoio Financeiro do Estado às Escolas Profissionais	30
---	----

RESUMO

As escolas profissionais surgiram para dar resposta a uma convocação social muito explícita e para procurar responder a muitos problemas de muitas famílias, adolescentes e jovens, constituindo um novo campo de oportunidades de orientação para a vida escolar e profissional e um trampolim para muitos adolescentes ganharem autoestima e capacidade de exercício de uma cidadania ativa e responsável. Como os resultados alcançados foram bastante positivos, o governo decidiu alargar o ensino profissional à rede pública do ensino secundário. No ano letivo 2004/2005, novos cursos profissionais foram abertos nas Escolas Secundárias Públicas, sem se ter em consideração a oferta formativa das Escolas Profissionais Privadas.

Com este estudo pretendeu-se saber até que ponto os entrevistados consideram importante uma Escola Profissional Privada na Região de Lamego, através de uma abordagem qualitativa, desenvolvendo o método de estudo de caso, com recurso a entrevistas efetuadas a Encarregados de Educação, Alunos, Professores e Empresários.

Relativamente ao objetivo geral deste estudo, concluiu-se que, maioritariamente, os entrevistados consideram pertinente uma Escola Profissional Privada na Região de Lamego, devido à longa experiência deste tipo de escolas. Outra conclusão deste estudo é que os agentes educativos estão em consenso sobre a prática formativa do ensino profissional, considerando-o bastante importante. No entanto, consideram negativo abrir estes cursos nas escolas secundárias, porque não têm experiência pedagógica, não preparam os jovens para o mundo do trabalho e porque só se preocupam meramente com os dados estatísticos, ao contrário das escolas profissionais que já têm mais de duas décadas de experiência.

Palavras-chave: ensino profissional, escola secundária, escola profissional privada, alunos, professores, empresários, encarregados de educação, formação em contexto de trabalho (FCT), estrutura modular.

ABSTRACT

The vocational schools have emerged to respond to an explicit social request and respond to many problems of many families, teenagers and young people, and constitutes a new field of guidance opportunities for school and professional life and a springboard for many teens gain self-esteem and ability to exercise active and responsible citizenship. As the results achieved were largely favorable, the government decided to extend the vocational education to the public secondary education. In the academic year 2004/2005, new vocational courses were opened in Public Secondary Schools, without taking into consideration the formative offer of Private Vocational Schools.

With this study, it was intended to know if the respondents consider important a Private Vocational School in Lamego, through a qualitative approach, developing the case study method, using an interview to parents, students, teachers and entrepreneurs.

In relation to the general objective of this study, it was concluded that, mostly, respondents consider relevant a Private Vocational School in Lamego, due to long experience of such schools. Another conclusion from this study is that the educational agents are in agreement about the formative practice of vocational education, considering it fairly important. However, they also consider negative to open these courses in secondary schools, due to the fact that they don't have pedagogical experience, do not prepare young people for the world of work and because they only merely care about with statistical data, unlike vocational schools that already have more than two decades of experience.

KEYWORDS: vocational education, secondary school, private vocational school, students, teachers, entrepreneurs, parents, training in the context of work, modular structure.

INTRODUÇÃO

Mais de 20 anos após o nascimento do Ensino Profissional e das Escolas Profissionais, em Portugal, pode proceder-se a uma avaliação das suas vantagens e desvantagens, dos desafios que lhe são colocados, que são cada vez maiores, e do futuro destas escolas, que vivem momentos de incertezas.

O ensino secundário nasceu, antes de mais, por um imperativo ético. Ao concretizá-lo seguiu-se um caminho novo, uma outra política de Educação.

As escolas profissionais nasceram como resposta a uma convocação social muito explícita e para procurar responder a muitos problemas de muitas, famílias, adolescentes e jovens. Convocaram-se, em primeiro lugar, os milhares de alunos que reprovavam consecutivamente no ensino básico e no ensino secundário geral e eram empurrados para o abandono escolar precoce, sem qualquer qualificação profissional, sem perspectivas de uma adequada inserção socioprofissional e com uma autoestima muito baixa por uma sociedade que os considerava uns inúteis, uns incapazes. Convocaram-se muitos milhares de famílias que estavam atónitas e muito preocupadas, sem saber que orientação dar aos seus filhos, a braços com a sua recusa da escola e com a falta de ferramentas sólidas de inserção socioprofissional, num contexto social de desemprego crescente entre os jovens. Procurou-se, ainda, agir perante as situações repetidas de falta de qualidade e competência técnica com que muitos serviços eram prestados.

As escolas profissionais podiam constituir uma janela de esperança, um novo campo de oportunidades de orientação para a vida escolar e profissional e um trampolim para muitos adolescentes ganharem autoestima e capacidade de exercício de uma cidadania ativa e responsável, porque eram pessoas com direito a um rosto e a um futuro seu, no seio da comunidade.

Para criar futuro para muitos adolescentes e jovens, bloqueados por soluções que os “excluam”, impunha-se a ação política.

Um outro modelo de escolas foi então pensado, sustentado numa fé pedagógica e num otimismo humanista: escolas próximas de cada adolescente e da sua família, na sua freguesia, no seu concelho, com diretores e professores que os conhecessem e acolhessem; escolas capazes de instigar energias e forças vivas locais para a promoção de um bem comum, como é o bem educacional; escolas capazes de acolher cada aluno e com todos construir os melhores caminhos para cada um, com inovação, sem medo, em liberdade pedagógica e educativa; escolas com diretores e professores responsáveis,

capazes de debater e pensar os problemas e encontrar as melhores soluções para os seus alunos concretos, com autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira. Era preciso criar escolas dirigidas ao trabalho escolar e não ao consumo e à passividade, onde se aprendesse ativa e permanentemente e onde ninguém pudesse ser deixado para trás, enrolado nas suas dificuldades e no seu insucesso.

Assim foram criadas as Escolas Profissionais privadas.

Como estas escolas começaram a ter sucesso, no ano 2004/2005 abriram-se cursos profissionais nas Escolas Secundárias Públicas. As Direções destas escolas consideram que se deve ter em conta a rede de cursos existentes e que, à medida que se vai aumentando a oferta educativa, quer nas Escolas Secundárias Públicas, quer nas Escolas Profissionais Privadas, se deve ter mais em conta as necessidades existentes na região. A Agência Nacional para a Qualificação (ANQ) e as Direções Regionais de Educação (DRE's) recomendam que todos os anos se façam reuniões de rede, para que a oferta educativa não se repita, mas nem sempre isso acontece e, por vezes, essas reuniões não servem para nada, pois cada Escola oferece o curso que mais lhe agrada.

Relativamente às Escolas Secundárias, ouvi-se, muitas vezes, dizer que o que conta é o “Sucesso Educativo”, se, no fim, têm emprego ou não, isso não interessa. Pelo contrário, e tendo em conta os anos de experiência, as Escolas Profissionais Privadas preocupam-se em preparar os jovens para o mercado de trabalho, para viverem em cidadania.

A atualidade e a pertinência desta temática estiveram na origem da nossa escolha.

1.1. OBJETIVOS DO ESTUDO

Segundo Quivy e Campenhout (2003), uma investigação é algo que se procura conhecer, tendo como preocupação inicial eleger o objeto de estudo e delimitar tanto quanto possível a problemática a estudar. O investigador deve estabelecer um fio condutor tão claro quanto possível de modo a que o seu trabalho se possa iniciar e estruturar com coerência.

Assim, o objetivo é um enunciado que indica claramente o que o investigador tem intenção de fazer no decurso do estudo. Deste modo, o objetivo geral deste estudo

consiste em saber até que ponto os entrevistados consideram importante uma Escola Profissional Privada na Região de Lamego.

Mais objetivamente pretende-se:

- Analisar os condicionalismos presentes nas opções dos alunos, por esta via de formação;
- Caracterizar os alunos, entre outros aspetos, em termos de trajetória escolar e de origem social;
- Conhecer as expectativas dos alunos face ao futuro;
- Verificar se os agentes educativos estão em consenso sobre a prática formativa do ensino profissional;
- Verificar se as escolas têm espaços e lugares específicos para o ensino profissional;
- Verificar se os alunos estão preparados para o mercado de trabalho;
- Verificar a importância de uma escola privada na região.

Assim, com o presente estudo, pretendemos analisar as tendências e consequências das Escolas Profissionais Privadas, numa época em que o XVIII Governo quer, até 2015, elevar as competências básicas dos alunos portugueses, assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória de 12 anos e reforçar o papel das Escolas.

1.2. ESTRATÉGIA DA INVESTIGAÇÃO

Feita a opção no sentido de aprofundarmos a importância de uma Escola Profissional Privada na região e cientes da vastidão e da complexidade do tema, chegou o momento de planejar o nosso trabalho empírico e a tarefa de restringir o nosso estudo.

Um dos problemas residia em conseguir o distanciamento necessário relativamente à matéria que nos propúnhamos tratar, uma vez que a autora é Diretora Pedagógica da escola profissional. Mas, Afonso (2005:48) refere que ao iniciar um projeto de investigação devemos ter em conta “a experiência e a vivência pessoal e profissional do investigador”, pois só assim se conseguem identificar os problemas, elaborar pistas de questionamento, o que não significa que a pesquisa deva ser conduzida em função das suas vivências.

A revisão da literatura possibilita-nos fundamentar as opções metodológicas alternativas, apresentando “... as vantagens e limitações das diferentes opções (...) articulando, por um lado, opções teóricas e conceptuais e, por outro, juízos de avaliação

sobre a viabilidade dos dispositivos de pesquisa próprios dessas opções.” (Afonso, 2005:52)

Saliente-se que, normalmente, o investigador, tendo em conta a sua experiência pessoal e profissional, já fez “leituras ou consultas bibliográficas” (Afonso: 50) sobre o tema a abordar. Atualmente, vai “intensificar e focalizar mais diretamente a pesquisa, de modo a proceder à adequada contextualização” (Afonso:50) histórica, social ou política da investigação.

Sempre que se pretende elaborar uma investigação, temos que identificar a população-alvo e os objetivos de estudo.

Segundo Quivy e Campenhoudt (2003), uma população é uma coleção de elementos ou de sujeitos que partilham características comuns, definidas por um conjunto de critérios. A população-alvo é constituída pelos elementos que satisfazem os critérios de seleção definidos antecipadamente e para os quais o investigador deseja fazer generalizações. A população compreende todos os elementos (pessoas, grupos, objetos) que partilham características comuns, as quais são definidas pelos critérios estabelecidos para o estudo.

Almeida e Freire (2003) referem que a população acessível de um estudo é, geralmente, limitada a uma região, uma cidade, uma escola, entre outros locais, e apresenta diferenças no que respeita a uma ou mais características.

Como ponto de partida, selecionou-se o concelho de Lamego, e dentro deste duas escolas: a Escola Profissional e uma Escola Secundária. Como curso, o Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos, de nível IV. Estas duas escolas possuem esta oferta formativa e disponibilizaram-se para participar.

A produção de dados passará pelo uso de técnicas de entrevista semiestruturada, com respostas abertas e fechadas, conduzidas a partir de um guião, com objetivos, questões e tópicos de resposta. A cada objetivo pode corresponder mais do que uma pergunta. E a cada pergunta, mais do que um tópico de resposta.

Importa ainda salientar que, para a elaboração do trabalho, foi necessário recorrer a livros e artigos relacionados com a temática das escolas profissionais, a diversos sítios da Internet bem como a diversas estatísticas retiradas de documentos oficiais, particularmente os estudos do Ministério da Educação.

2. ORGANIZAÇÃO DO DOCUMENTO

O desenvolvimento desta tese pretende seguir uma lógica de coerência que permite ligar as várias componentes de pesquisa entre si, desde a formulação da intenção e dos objetivos da investigação, passando pela constituição, análise e tratamento de dados, terminando na interpretação e verificação dos resultados.

Assim, o trabalho encontra-se estruturado em quatro capítulos que abordam respetivamente a Revisão da Literatura, a Metodologia da Investigação, a Análise de Dados e a Reflexão Final.

No Capítulo I procura-se apresentar a Evolução Histórica do Ensino Profissional, alguns dados estatísticos com a apresentação do Sistema Educativo Português e algumas comparações com a Europa e a análise das características (semelhanças e diferenças) das Escolas Secundárias Públicas e das Escolas Profissionais Privadas, incluindo o Financiamento.

Nos capítulos II e III, procede-se à descrição dos processos metodológicos e à apresentação e análise dos resultados.

No último capítulo discutem-se os resultados obtidos, tendo-se em consideração o quadro teórico.

Por fim, apresentam-se as conclusões mais pertinentes do estudo, as quais serão objeto de reflexão.

CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO

1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO ENSINO PROFISSIONAL

O Ensino Profissional foi criado em 1989, promovido no contexto de reforma do Sistema Educativo como modalidade alternativa de escolarização face ao ensino secundário geral. Este modelo tinha como objetivo aproximar os jovens aos novos contextos de trabalho, proporcionando a qualificação de técnicos e trabalhadores polivalentes, favorecendo a empregabilidade dos mesmos.

Nas décadas de 70 e 80 verificou-se uma procura crescente de todos os níveis de ensino, com destaque para o nível secundário. Este crescimento acelerado, para o qual o país não se preparou devidamente, bem como as múltiplas alterações introduzidas pelos sucessivos governos, provocaram inúmeras ruturas, tanto ao nível dos equipamentos escolares como ao nível do pessoal docente qualificado.

O Sistema Educativo confrontava-se com o problema da “democratização do sucesso escolar”, já que persistiam elevadas taxas de reprovação e abandono escolar que empurravam os jovens (principalmente os oriundos das classes sociais mais desfavorecidas) para o trabalho infantil/juvenil desqualificado e mal pago, comprometendo as aspirações de justiça e igualdade de acesso a um bem fundamental que é a Educação.

Os jovens que concluíam o ensino secundário, e aspiravam ao ensino superior, também não tinham muito sucesso, já que a introdução de um número limite de vagas impediu muitos jovens de prosseguir estudos e foram obrigados a entrar no mundo de trabalho ou a ir à procura do primeiro emprego, sem qualificação profissional.

As Escolas Profissionais, criadas ao abrigo do Decreto-Lei nº 26/89, de 21 de janeiro, procuravam dar resposta às necessidades do País em termos de formação de técnicos com qualificação profissional intermédia, fundamentais para as exigências de desenvolvimento económico e social (Azevedo, 1996), proporcionando aos jovens, que terminam a escolaridade obrigatória, um leque mais alargado de escolhas quando iniciam o ensino secundário. Portanto, a criação do subsistema das Escolas Profissionais é uma alternativa de escolarização de nível secundário, essencialmente votada à aproximação dos jovens face aos contextos de trabalho e às realidades produtivas. Pretende-se criar formações terminais, sectorialmente relevantes e integradas,

proporcionando a qualificação de técnicos e trabalhadores polivalentes e favorecendo a empregabilidade dos jovens. Esta modalidade de ensino não-regular dá acesso a um diploma profissional de certificação de nível IV para efeitos de prosseguimento de estudos.

Neste âmbito salienta-se a Portaria n.º 782/2009, de 23 de julho, que altera o Quadro Nacional de Qualificações, adotando os princípios do Quadro Europeu de Qualificações no que diz respeito à descrição das qualificações nacionais em termos de resultados de aprendizagem, de acordo com os descritores associados a cada nível de qualificação.

À luz deste dispositivo legal, os objetivos do Quadro Nacional de Qualificações preveem:

- “a) Integrar e articular as qualificações obtidas no âmbito dos diferentes subsistemas de educação e formação nacionais e por via da experiência profissional;
- b) Melhorar a transparência das qualificações, possibilitando a identificação e comparabilidade do seu valor no mercado de trabalho, na educação e formação e noutros contextos da vida pessoal e social;
- c) Promover o acesso, a evolução e a qualidade das qualificações;
- d) Definir referenciais para os resultados de aprendizagem associados aos diferentes níveis de qualificação;
- e) Correlacionar as qualificações nacionais com o Quadro Europeu de Qualificações (Artigo 2.º)”.

Como se pode reter do acima enunciado, o Sistema Nacional de Qualificações direciona a sua ação no sentido do reconhecimento dos resultados das aprendizagens, o que espelha uma mudança importante na forma de concetualização e descrição das qualificações, sobretudo, ao permitir compará-las de acordo com as competências a que correspondem e não com os métodos ou vias de ensino e formação pelos quais foram adquiridas. Deste modo, e porque há a intenção de se valorizar as competências obtidas por vias formais de forma equitativa, não formais e informais, a Portaria n.º 782/2009, de 23 de julho, prevê a necessidade de se estabelecer um quadro que compare essas competências, independentemente do modo como foram adquiridas, o que possibilita que os indivíduos e os empregadores tenham uma perceção mais exata do valor relativo das qualificações, contribuindo para o melhor funcionamento do mercado de trabalho.

Assim, os descritores dos níveis do Quadro Nacional de Qualificações estão em consonância com a Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de

abril de 2008, relativa à instituição do Quadro Europeu de Qualificações para a aprendizagem ao longo da vida (JO, n.º C 111, de 6 de maio de 2008).

1.1. CURSOS TÉCNICO-PROFISSIONAIS

Em 1983, o Ministro José Augusto Seabra publicou o Despacho Normativo nº 194 A/83 de 21 de outubro, que cria os cursos Técnico-profissionais e os Cursos profissionais a ministrar após o 9º ano e estabeleceu as normas de estruturação e funcionamento dos respetivos cursos. Este Despacho Normativo lançou a experiência pedagógica do ensino técnico-profissional que, segundo Joaquim Azevedo (1991:153), se deveram essencialmente à junção de uma série de fatores de pressão de ordem interna ao sistema e ao país e de ordem externa.

No entanto, esta nova oferta educativa veio a revelar-se pouco atrativa, tendo a procura dos cursos defraudado as expectativas.

Joaquim Azevedo, Coordenador da Avaliação desta experiência pedagógica, apresenta os seguintes fatores justificativos do insucesso dos cursos: a carência de informação e de orientação escolar e profissional até ao 9º ano de escolaridade, associada a uma muito deficiente educação tecnológica de base e restrita preparação para o mundo do trabalho. De acordo com o autor citado, estes fatores, intrínsecos ao sistema de ensino, só por si são capazes de deteriorar a melhor iniciativa. Por outro lado, os próprios percursos de formação estavam desajustados face aos objetivos e à apetência da população escolar a que se destinava, o que justifica e clarifica uma melhor perceção da fraca procura deste fenómeno (Azevedo, 1991).

1.2. LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO

Com a publicação, em 1986, da LBSE – Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 46/86, de 14 de outubro) – que determinava a reorganização estrutural do sistema educativo, elevou-se para 9 anos a escolaridade obrigatória e preconizou-se uma profunda modernização do sistema no seu todo que permitia responder aos novos desafios que se colocavam à sociedade portuguesa, nomeadamente, os que advinham da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia.

O Decreto-Lei nº 26/89, de 21 de janeiro, que criou as Escolas Profissionais, estipulava que as escolas fossem criadas segundo um regime de Contrato-programa com o Estado e mediante a celebração de protocolos que assegurassem a colaboração entre as diversas entidades promotoras. As escolas profissionais resultaram de candidaturas a concursos anuais e surgiram através da assinatura de contratos-programa celebrados entre o Ministério da Educação e entidades privadas – empresas, organizações sindicais, autarquias, associações regionais e locais, entre outras.

A criação das Escolas Profissionais resultou das alterações da política de educação e formação vigentes na década de oitenta que foram no sentido de romper com a lógica do ensino unificado, igual para todos, assumindo o paradigma dos percursos diversificados à medida dos interesses e vocações dos jovens.

1.3 CRIAÇÃO DO GABINETE DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E PROFISSIONAL (GETAP)

Em novembro de 1988, pelo Decreto-Lei nº 397/88, de 8 de novembro, foi criada, no Porto, uma nova Direção-Geral do Ministério da Educação, o Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional (GETAP), liderada pelo Eng.º Roberto Carneiro e impulsionado pela dinâmica do Doutor Joaquim Azevedo.

Ao GETAP competia identificar, em termos da educação escolar, as grandes áreas de formação e os níveis de iniciação e qualificação profissional, as correspondentes condições de certificação e os perfis de formação. Cabia-lhe também traçar os perfis de formação que melhor se adequam às distintas condições de permeabilidade entre os cursos e as modalidades de formação em articulação com o Ministério do Emprego e da Segurança Social, os parceiros sociais e as autarquias locais (Madeira, 2003)

Em 1989, foram criadas as escolas profissionais, no contexto de uma política educativa portuguesa e em conformidade com uma situação favorável de existência de recursos financeiros, anexados à possibilidade de acesso aos fundos estruturais no desenvolvimento de políticas e de projetos de formação profissional decorrente da entrada de Portugal para a Comunidade Europeia (Marques, 1993).

1.4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Ensino Secundário que nos anos 80 tinha como principal oferta educativa as escolas secundárias, uma vez que reuniam nesta altura mais de 90% da frequência (Azevedo, 2009), sendo residual a frequência dos cursos de formação em alternância ou de aprendizagem oferecidos pela rede de centros de formação profissional dependentes do Ministério do Trabalho, passou a ter, nos inícios dos anos 90, um novo modelo de ensino e formação, cujas características eram que a oferta educativa, após 9 anos de escolaridade obrigatória, de acordo com Joaquim Azevedo (2009), se concentraria em três tipos de instituições: escolas secundárias (com cursos gerais e tecnológicos), escolas profissionais (com cursos profissionais) e os centros de formação profissional (com formação em alternância); todos os cursos teriam a duração de 3 anos e 3 componentes formativas no curriculum comum (formação geral ou sociocultural, formação específica ou científica e formação técnica ou tecnológica). Os cursos conduziam, no final, a diplomas diferentes, mas todos seriam equivalentes em termos educativos para efeitos de prosseguimento de estudos no ensino superior.

Os cursos profissionais têm a duração de 3 anos letivos, organizando-se a sua matriz curricular nas seguintes componentes e número de horas de formação: componente de formação sociocultural (1000 horas), componente de formação científica (500 horas), podendo o aluno optar por duas ou três disciplinas e componente de formação técnica (1180 horas) em que o aluno opta por três ou quatro disciplinas, opções interdependentes, desde que perfaçam o número de horas estabelecido. Os cursos ainda contemplam a formação em contexto de trabalho, com uma carga total de 420 horas, sujeita a regulamentação própria.

A organização curricular dos cursos profissionais segue o paradigma concebido para todos os cursos do ensino secundário, com a estrutura curricular organizada em componentes de formação.

1.5. AVALIAÇÃO

Nos cursos profissionais, os alunos não estão sujeitos à realização de exames nacionais para efeitos de conclusão do curso, mas para efeitos de acesso ao ensino superior nas disciplinas específicas requeridas por cada estabelecimento do ensino superior, conforme a área de estudos.

A avaliação dos alunos dos cursos profissionais assume carácter predominantemente formativo e contínuo e incide sobre as aprendizagens realizadas em cada módulo, conjunto de módulos ou disciplinas que constituem o plano de estudos. Ela é sumativa, realiza-se no final de cada módulo e exprime-se numa escala de 0 a 20 valores.

Para além da avaliação de cada módulo, os alunos serão objeto de avaliação formativa qualitativa ao longo do ano letivo. Estas avaliações realizam-se em conselho de turma, cabendo a cada escola regulamentar os procedimentos que deve seguir. No final de cada trimestre devem ser tornadas públicas as classificações dos módulos, sendo lançadas apenas as que forem iguais ou superiores a 10 valores.

Os planos de curso contemplam a formação em contexto de trabalho cuja classificação é autónoma e integra o cálculo da média final do curso. O curso compreende ainda, como parte integrante da avaliação, a realização de uma Prova de Aptidão Profissional (PAP), que deve assumir o carácter de projeto interdisciplinar, cujo resultado final é apresentado à comunidade educativa em sessão pública, considerando-se aprovados nesta prova os alunos que obtenham classificação igual ou superior a 10 valores.

2. EVOLUÇÃO DAS ESCOLAS PROFISSIONAIS

O lançamento do ensino profissional, como salienta Maria Marques (1992), foi feito com determinação. Logo no primeiro ano foram criadas 50 escolas, no ano seguinte mais 49. No ano letivo 1990/91, o país tinha uma centena destes estabelecimentos, frequentados por quase 6500 alunos e 181 entidades participaram como promotoras na criação destes estabelecimentos, dividindo-se por câmaras municipais (32), outras entidades da administração pública (16), entidades privadas (44), associações empresariais (19), associações sindicais (12), outras associações (52) e outras entidades (6), como se pode verificar no quadro seguinte.

Quadro 1: Evolução do nº de Escolas Profissionais em funcionamento e do nº de alunos matriculados

ANO LETIVO	NÚMERO DE ESCOLAS PROFISSIONAIS	NÚMERO DE ALUNOS
1989/90	50	1817
1992/93	167	17095
1995/96	169	26092
1998/99	155	26139
2001/02	165	29913

Fonte: Ministério da Educação/Departamento do Ensino Secundário, 2002

A partir de 1991, o ritmo de criação de novas escolas foi diminuindo, mas o número de alunos não cessou de aumentar. Em 1995/96, contabilizou-se cerca de 26092 alunos, em 169 escolas e 59 polos promovidos por 333 entidades.

As Escolas Profissionais foram ultrapassando as dificuldades e sustentando os projetos educativos, desenvolvendo um trabalho rigoroso, pautado por uma constante partilha e reflexão sobre as práticas e pelo princípio da melhoria contínua.

Em 1993 extinguiu-se o GETAP e entrou-se num período de indefinição quanto ao futuro desta oferta formativa.

2.1. CARACTERIZAÇÃO/CONTEXTUALIZAÇÃO DO ENSINO PROFISSIONAL EM PORTUGAL NOS ÚLTIMOS 10 ANOS

O XVII Governo português teve como objetivo colocar 50% dos jovens que frequentam o ensino secundário em percursos de dupla certificação, escolar e profissional.

No ano letivo 2004/05, na sequência da Reforma do Ensino Secundário, aprovada pelo Decreto-Lei nº 74/2004, de 26 de março, abriu-se a possibilidade de os cursos profissionais, até aí só ministrados nas escolas profissionais, passarem a fazer parte da oferta de escolas públicas e privadas que lecionavam o ensino secundário, preconizando-se a progressiva substituição dos cursos tecnológicos por cursos profissionais. O ensino profissional passou, assim, a fazer parte integrante da diversidade de ofertas do ensino secundário, deixando de ser uma modalidade especial de educação e formação.

Em 2005 implementou-se a Iniciativa Novas Oportunidades que procurou dar respostas aos baixos índices de escolarização dos portugueses através da aposta na qualificação da população. Esta iniciativa tinha duas ideias-chave: uma Oportunidade Nova para os Jovens e uma Nova Oportunidade para os Adultos.

O ensino profissional, que até então era apenas para os alunos que tinham menos capacidades e que só se ministrava nas escolas profissionais privadas e públicas, passou a constituir novamente uma prioridade política, com expansão já não nas escolas profissionais, onde emanou, mas principalmente dentro das escolas secundárias, onde tinha sido até então quase ignorado (Azevedo, 2009).

Estes números mostram, como pode verificar-se no Quadro 2, que a percentagem de jovens inseridos nas vias profissionalizantes de nível secundário se situa na ordem dos 46.5% do total de inscritos neste nível de ensino (cerca de 300.000). A percentagem que foi definida na meta da Iniciativa Novas Oportunidades para 2010 (50%).

Quadro 2: Jovens em cursos científico-humanísticos e em percursos de dupla certificação de nível secundário (2009/2010)

Região (NUTII/III)	Científico-humanísticos		Dupla Certificação	
	N	%	N	%
Norte	58.199	52,1	53.581	47,9
Alto Trás os Montes	3.596	55,5	2.888	44,5
Ave	6.765	52,4	6.147	47,6
Cávado	7.237	52,8	6.458	47,2
Douro	3.811	50,0	3.809	50,0
Entre Douro e Vouga	3.739	48,0	4.048	52,0
Grande Porto	20.982	51,3	19.902	48,7
Minho-Lima	3.899	43,7	5.024	56,3
Tâmega	8.170	60,6	5.304	39,4
Centro	27.945	51,8	25.969	48,2
Baixo Mondego	6.031	52,7	5.416	47,3
Baixo Vouga	5.536	53,5	4.814	46,5
Beira Interior Norte	1.780	50,0	1.779	50,0
Beira Interior Sul	1.174	49,8	1.181	50,2
Cova da Beira	1.349	47,8	1.475	52,2
Dão-Lafões	5.110	55,8	4.047	44,2
Pinhal Interior Norte	1.656	46,2	1.929	53,8
Pinhal Interior Sul	539	54,9	442	45,1
Pinhal Litoral	4.104	50,6	4.007	49,4
Serra da Estrela	666	43,1	879	56,9
Lisboa e Vale do Tejo	59.232	56,2	46.148	43,8
Grande Lisboa	33.876	57,2	25.313	42,8
Lezíria do Tejo	3.629	53,8	3.119	46,2
Médio Tejo	3.657	49,3	3.761	50,7
Oeste	4.825	50,0	4.825	50,0
Península de Setúbal	13.245	59,2	9.130	40,8
Alentejo	8.033	52,5	7.271	47,5
Alentejo Central	3.093	58,0	2.238	42,0
Alentejo Litoral	1.275	52,6	1.148	47,4
Alto Alentejo	1.877	52,4	1.702	47,6
Baixo Alentejo	1.788	45,0	2.183	55,0
Algarve	7.080	53,1	6.246	46,9
TOTAIS NACIONAIS	160.480	53,5	139.214	46,5

Fontes:

- Cursos Científico Humanísticos: MISI

- Cursos de Dupla Certificação: Vide Fontes Quadro Anterior

Para a expansão destas ofertas tem contribuído, em larga medida, o aumento dos alunos matriculados em Cursos Profissionais, nas escolas secundárias públicas, que passou de 14.572, no ano letivo de 2006-2007, para 35.223, no ano letivo de 2007-2008, para 50.911 no ano letivo de 2008-2009 e para 72.786 no ano letivo de 2009-2010. Mas, contribuiu também o aumento gradual do número de alunos nas escolas profissionais verificado desde 2007 (cf. Quadro 3), em contraste com a estagnação que se verificou durante muitos anos.

**Quadro 3: Jovens que frequentam Cursos Profissionais
(Comparação entre escolas secundárias e escolas profissionais)**

ESCOLAS	2006/2007	2007/2008	2008/2009	2009/2010 ²⁾
Escolas Profissionais Privadas	33.137	34.954	37.604	41.256
Escolas Básicas e Secundárias ¹⁾	14.572	35.223	50.991	72.786
TOTAL	47.709	70.177	88.515	114.042

Fontes:

- GEPE (2009) 50 Anos de Estatísticas da Educação (Vol II, pp. 448-450) (2006-2007, 2007-2008); Documento Interno (20.04.2009) (2008-2009)

- SIGO (cursos em funcionamento em 31.11.2009) (2009-2010)

Notas:

1) Inclui escolas básicas e secundárias públicas, escolas profissionais públicas e, para 2009-2010, estabelecimentos do ensino particular e cooperativo não integrados na categoria das escolas profissionais privadas.

2) Dados Provisórios (SIGO, "Cursos em Funcionamento")

Em 2009-2010, no nível básico de educação, estavam inseridos em cursos de dupla certificação cerca de 50.000 jovens, valor que representa um grande crescimento relativamente a 2005. Este crescimento deriva da forte aposta nos Cursos de Educação e Formação – nos quais estão inscritos cerca de 48 mil jovens - oferecidos nas escolas públicas, nos Centros de Formação Profissional e em entidades privadas, designadamente nas Escolas Profissionais (ANQ, 2010). A aposta nesta modalidade tem constituído uma opção fundamental no combate ao abandono escolar precoce, sendo muito significativo o número de jovens que, para além de concluírem por esta via o ensino básico, escolhem prosseguir estudos para o ensino secundário, preferencialmente em percursos qualificantes (ANQ, 2010).

A meta assumida para a expansão das ofertas de dupla certificação dirigidas a jovens do nível do secundário no ano letivo de 2010-2011 aponta para que tenham iniciado percursos qualificantes de nível secundário cerca de 50.000 jovens

correspondendo a 52% dos cerca de 95.000 jovens que, no ano letivo de 2009-2010, terminaram o 3º ciclo do ensino básico. (Valor calculado a partir do nº total de alunos que, no ano de 2009-2010, frequentam o 9º ano de escolaridade ou equivalente, ao qual foi deduzida uma taxa de retenção e desistência estimada de 13%.)

As Escolas Básicas e/ou Secundárias da Rede Pública e Escolas Profissionais Públicas integram cerca de 28.200 novos alunos em Cursos Profissionais correspondendo à reposição das saídas de alunos de cursos profissionais que terminaram no final de 2009-2010 o ciclo de formação iniciado em 2007-2008 (aproximadamente 21.500 alunos).

A definição da estratégia de crescimento teve em linha de conta, no cumprimento da meta estabelecida a avaliação, a consolidação, a mobilização e a organização das escolas; a criação de CEF Secundários pelas DRE e pelo IEFP; a substituição dos Cursos Tecnológicos pelos cursos Profissionais.

As Escolas Profissionais Privadas integram no ano de 2009/2010 cerca de 12.000 novos alunos em Cursos Profissionais correspondendo:

- à reposição do nº de alunos que concluíram o seu ciclo de formação (cerca de 10.500);

- à entrada de novos alunos até ao limite da capacidade instalada estimada destas escolas (cerca de 1.500). No Quadro 4 encontram-se os dados relativos à evolução da oferta de cursos de dupla certificação em função da estratégia de crescimento definida, em conformidade com a ANQ (2010).

Quadro 4: Evolução da oferta de cursos de dupla certificação em função da estratégia de crescimento definida

Alunos/ Cursos	Abrangidos (2009/2010) ₃	Saídas estimadas (2009/2010)	Saldo estimado (2010/2011)	Iniciados (2009/2010)	Crescimento previsto (2010/2011) ₄	Previstos a iniciar (2010/2011)	Abrangido s previstos (2010/2011)
Cursos Profissionais em Escolas Profissionais Privadas	41.256	10.529	30.727	14.466	1.544	12.078	42.805
Cursos Profissionais em Escolas Básicas e Secundárias ₁₎	72.786	21.452	51.394	24.569	4.685	28.200	79.594
Cursos de Aprendizagem ₅₎	13.141	2.506	10.635	7.664	3.294	5.800	16.435
Cursos de	576	576	-----	238	-----	500	500

Educação e Formação de Jovens							
Cursos Tecnológicos	7.737	3.063	4.673	2.275	-----	2.275	6.948
Cursos do Ensino Artístico Especializado	1.852	617 ³⁾	1.235	617	-----	617	1.852
Cursos de Escola de Hotelaria e Turismo	1.866	619 ²⁾	1.247	590	-----	619	1.866
TOTAIS	139.214	41.505	99.911	50.419	-----	50.089	150.000

Notas:

1. Inclui escolas públicas básicas e secundárias, escolas profissionais públicas e estabelecimentos do ensino particular e cooperativo.
2. Valor estimado com base no nº de alunos que iniciaram o curso em 2007-2008, terminando o respetivo ciclo de formação no final de 2009/2010.
3. Valor estimado com base na divisão por 3 (número de anos do curso) do número total de alunos.
4. O volume de crescimento projetado em 2010/2011 está referenciado ao nº total de alunos que frequentam cada uma das ofertas em 2009/2010.
5. Os dados da Aprendizagem, uma vez que esta oferta funciona numa lógica de ano civil, foram contabilizados de janeiro a janeiro: consideram-se “abrangidos em 2009/2010” os formandos que estão em formação em janeiro de 2010; consideram-se “iniciados em 2009-2010” os formandos que iniciaram a formação entre janeiro de 2009 e janeiro de 2010; consideram-se “a iniciar em 2010-2011” os formandos que, no âmbito do Plano de Atividades do IEF, se prevê venham a iniciar a formação entre janeiro de 2010 e janeiro de 2011.

Assim, constata-se que o ensino profissional está a aumentar e a ter uma grande procura no sistema de ensino. Este sucesso deve-se ao modelo organizacional que as Escolas Profissionais adotaram, associando à capacidade de articulação que mantêm com o mundo empresarial e do trabalho, bem como com as comunidades que pretendem servir. Como diz Azevedo (2010),

“Vale a pena celebrar aquilo que somos capazes de criar e que dá bons resultados. As escolas profissionais são um bom modelo educativo único, concebido em Portugal, com qualidade e com bons resultados sociais. Agora, outros países observam com atenção o que estamos a fazer e para onde queremos ir. Pena é que, neste momento, a administração educacional portuguesa esteja a estrangular o crescimento das escolas profissionais e a encetar medidas de política que, a prazo, podem vir a destruir este subsistema de ensino”.

2.2 DESAFIOS COLOCADOS ÀS ESCOLAS PROFISSIONAIS PRIVADAS

As Escolas Profissionais, apesar do seu sucesso, têm vindo constantemente a enfrentar desafios de vária ordem, como o alargamento do Ensino profissional às escolas secundárias públicas e a forma de financiamento. Com estes desafios, o ensino

profissional cresceu de forma significativa nas escolas secundárias por todo o país (Azevedo, 2007), o que fez com que aumentasse o número de alunos a frequentar o Ensino Profissional nas Escolas públicas e abrandasse nas Escolas profissionais.

Por tudo isto, Azevedo (2007) teme que o Ensino Profissional passe de um caso de sucesso a um fracasso. O desenvolvimento repentino do Ensino profissional nas escolas secundárias poderá vir a pôr em causa o prestígio que este tipo de ensino conseguiu.

O mesmo autor (2007) apresenta seis argumentos para justificar este prognóstico, como sejam: a abertura de cursos em escolas que não estão preparadas para lecionar o ensino profissional; a inclusão neste tipo de ensino dos alunos com mais reprovações no Ensino Básico; a redução do número de horas de formação (de 3600 passou a 3100); o uso do modelo tradicional de avaliação, em detrimento do sistema modular; a falta de preocupação em encontrar emprego adequado às qualificações dos alunos, no fim do curso; a eliminação dos cursos tecnológicos, mesmo os que tinham bons resultados.

A tudo isto se associa o número decrescente de alunos a frequentar o ensino secundário (GEPE, 2006) e também o crescimento desmedido do Ensino Profissional nas escolas secundárias públicas, sem terem qualquer cultura deste ensino. Denota-se, assim, que, a qualidade, nas escolas profissionais, para sobreviverem, é muito importante.

Seguidamente podemos verificar o número de alunos inscritos nos Cursos Profissionais (cf. Quadro 5).

Quadro 5: nº de alunos inscritos nos Cursos Profissionais em Escolas Secundárias e Escolas Profissionais

ANO	Escolas Secundárias	Escolas Profissionais	Total
1996/97		26.686	26.686
1997/98		28.380	28.380
1998/99		27.995	27.995
1999/00		29.100	29.100
2000/01		30.668	30.668
2001/02		33.799	33.799
2002/03		33.587	33.587
2003/04		34.399	34.399
2004/05	3.676	33.089	36.765
2005/06	3.990	32.952	36.942
2006/07	14.981	32.728	47.709
2007/08	31.409	31.587	62.996
2008/09	54.899	36.089	90.988

Fonte: Gabinete de Estatística e Planeamento, Ministério da Educação

No Quadro 6 encontra-se o número de jovens em cursos de dupla certificação de nível secundário, desde o ano letivo de 2006/2007 até 2009/2010.

Quadro 6: do nº de jovens em cursos de dupla certificação de nível secundário

CURSOS	2006/2007	2007/2008	2008/2009	2009/2010
Cursos Tecnológicos	40.335	23.075	13.096	4.365**
Cursos Profissionais	44.466	66.494	88.515	126.723
Cursos de Aprendizagem	18.459	15.931	14.629	14.629**
Cursos de Educação e Formação de Jovens	6.678	7.941	6.602	3.284
Cursos do Ensino Artístico Especializado	1.838	1.809	1.809	1.809**
Cursos de Escolas de Hotelaria e Turismo	1.951	(a)	(a)	2.043**
TOTAL	113.727	115.250	124.651	152.853

Fontes: GEPE (2006/2007; 2007/2008; 2008/2009); SIGO (2009/2010); IEFP (Dados referentes aos cursos de aprendizagem) a) Este valor está incluído em Cursos Profissionais ** Valor estimado

Como já foi observado, desde 2004 que se assiste ao crescimento da oferta e da procura destes cursos nas escolas secundárias públicas, tendo os anos de 2004/05 e 2005/06 sido considerados como anos de experiência pedagógica na adoção do novo modelo curricular, bem como na introdução destes cursos nestas escolas. O maior crescimento relativo do número de alunos inscritos nas escolas secundárias públicas ocorreu no ano de 2006/07, enquanto o maior crescimento absoluto ocorreu no ano letivo 2008/2009, que apresenta mais 23.490 alunos que o anterior.

As escolas secundárias públicas representam cerca de 60% do total de alunos inscritos em cursos profissionais, o que compara com os 10-11% verificados em 2004/05 e 2005/06.

No ano letivo 2008/2009, o crescimento do número de alunos foi extensível também às escolas profissionais, levando-as a inverter a tendência que apresentavam, em resultado de uma forte aposta no alargamento e valorização desta oferta de dupla certificação, como se pode verificar nos quadros seguintes (nºs 7 e 8):

Quadro 7: Evolução do nº de alunos inscritos em cursos profissionais em escolas públicas e em escolas profissionais

	Escolas Públicas	Escolas Profissionais
2004/05 – 2005/06	8,5%	-0,4%
2005/06 – 2006/07	275,5%	-0,7%
2006/07 – 2007/08	109,7%	-3,5%
2007/08 – 2008/09	74,8%	14,3%

Fonte: Gabinete de Estatística e Planeamento, Ministério da Educação

Quadro 8: Evolução do peso do nº de alunos inscritos em cursos profissionais em escolas públicas e em escolas profissionais

	Escolas Públicas	Escolas Profissionais
2004/05	10,0%	90,0%
2005/06	10,8%	89,2%
2006/07	31,4%	68,6%
2007/08	41,9%	50,1%
2008/09	60,3%	39,7%

Fonte: Gabinete de Estatística e Planeamento, Ministério da Educação

Em suma, a evidência revela que a proporção dos alunos inscritos no ensino profissional privado diminuiu, mas o número absoluto de alunos aumentou no último ano apresentado (2008/2009).

3. FINANCIAMENTO

Martins (2007: 35) refere que a “adesão de Portugal à União Europeia implicava alterações no ensino, nomeadamente no domínio da formação técnica e profissional”. No seguimento destas diretrizes, foram disponibilizados meios financeiros, vindos de fundos estruturais, destinados a financiar o ensino tecnológico, artístico e profissional, através do PRODEP.

Para fazer face à crescente competitividade dentro da União Europeia e a nível internacional, são necessários Recursos Humanos altamente qualificados. Esses recursos devem ser dotados não só de competências técnicas mas também de competências transversais que lhes permitam adaptar-se a uma grande variedade de ambientes do ponto de vista profissional, cultural e linguístico. Essas competências não técnicas são de natureza pessoal e relacional. Considerando a inserção social nos seus vários aspetos (integração social e cultural, aquisição de emprego, cidadania), parece ser necessário o desenvolvimento de competências de ordem pessoal e relacional tais como competências relacionadas com o comportamento profissional e pessoal, capacidades relativas à imagem de si próprio, de adaptação, de mudança, de fazer face a imprevistos. Torna-se necessário e urgente que os cidadãos se encontrem preparados para enfrentar uma sociedade baseada na aquisição de conhecimentos, onde se aprende e ensina ao longo de toda a vida.

Assim, as escolas profissionais, a nível financeiro, têm vindo a ser financiadas através do Fundo Social Europeu e de uma componente de comparticipação nacional, assegurada pelo Ministério da Educação e pela Segurança Social. Desde 2007 são financiadas pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

As escolas secundárias públicas continuam a ser financiadas pelo orçamento de Estado.

O financiamento das Escolas Profissionais é fundamentalmente público e estatal, contemplando também a participação das entidades promotoras e dos estudantes, através de propinas, entre outras modalidades, apresentando um carácter misto de Financiamento.

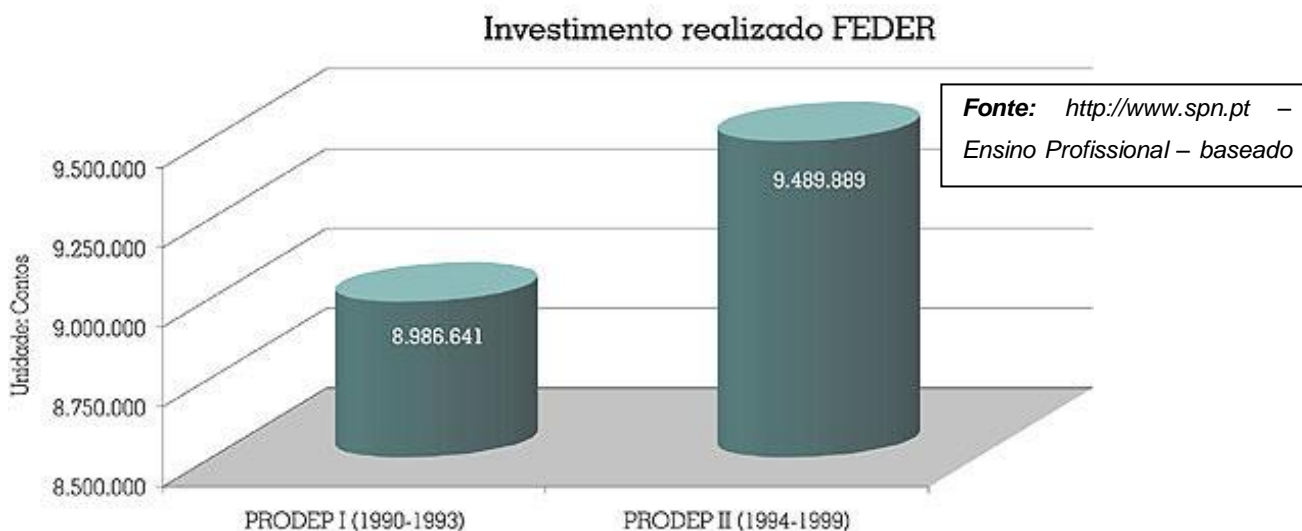
3.1. Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal (PRODEP)

Para a execução destes ambiciosos objetivos foi necessária a ajuda financeira da Comunidade Europeia (atual União Europeia) através dos diferentes quadros comunitários de apoio. O Ensino Profissional foi desenvolvido através do programa PRODEP, que veio permitir uma forte mobilização de recursos financeiros para a Educação, sendo cofinanciada pelo Estado Português e pela Comunidade Europeia, através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e do Fundo Social Europeu (FSE), entre 2000 e 2006, que fixou os seguintes objetivos generalizar o acesso à educação; modernizar as infraestruturas educativas e melhorar a qualidade da educação, pois era um esforço indispensável tendo em vista a inversão da situação de grande atraso e baixo nível de escolaridade e qualificação geral da população portuguesa, face aos seus parceiros comunitários. Apresentam-se alguns dados retirados de um parecer do Conselho Nacional de Educação de 1993 que sustentam esta observação (cf. Figura 1):

- 86% da população com 6 ou menos anos de escolaridade (1988);
- taxa de analfabetismo estimada em 15% no ano de 1988 (em 1981 era de 21% quando na Espanha era de 7%, Grécia 9% e Itália 6%);
- cobertura de educação pré-escolar de apenas 30%, contra 80% a 90% na maioria dos países da Comunidade;
- abandono escolar de cerca de 40% dos alunos após o 6º ano de escolaridade;

- 5% dos alunos a frequentar a via técnico-profissional (40-60% nos outros países de CE); e uma via de ensino, frequentada pela maioria dos alunos (95%), não dava preparação para a vida ativa, mas tão só para o ingresso no ensino superior.

Figura 1: Apoio Financeiro do Estado às Escolas Profissionais



O apoio do Estado a estas escolas assume as formas de apoio técnico-pedagógico e/ou financeiro: técnico-pedagógico, no que diz respeito à definição do contrato-programa, designadamente na elaboração dos planos de estudo e dos programas correspondentes: as áreas e perfis de formação apresentados/solicitadas pela(s) entidade(s) promotora(s); financeiro destinado sobretudo ao funcionamento da escola. O financiamento das Escolas Profissionais foi enquadrado, a partir de janeiro de 1990, pelo PRODEP - Programa de Desenvolvimento da Educação para Portugal. Uma parte significativa das dinâmicas locais de criação de Escolas Profissionais surgiu a partir de autarquias que conseguiram mobilizar atores locais promovendo partenariados socioeducativos. Tal facto reflete uma corresponsabilização descentralizada das entidades políticas locais na valorização dos recursos humanos como fator estratégico para um sustentado desenvolvimento local, regional e nacional.

Falando novamente no ensino profissional, mais concretamente nas Escolas Profissionais, depois de um período inicial de grande fulgor, algumas destas acabaram por sucumbir e nem todas conseguiram sobreviver num quadro de constante competição. Saliente-se que essa estrutura de financiamento, persistente durante cerca de uma década, deveria, em conformidade com o projeto dos seus criadores políticos, ter progredido para a autossustentação das escolas, recorrendo ao investimento dos

promotores e de receitas provenientes das propinas dos alunos, das empresas interessadas nas formações proporcionadas e daquelas concebidas pelas próprias instituições (Antunes, 2005: 43).

A maioria das escolas profissionais cumpriu e cumpre a sua missão fruto das verbas atribuídas pelos contratos-programa, continuando desta forma, a sua subsídio-dependência face à Europa. Estas escolas não foram capazes de criar fontes de receita que as autossustentassem. Contudo, não podemos deixar de mencionar o papel que assumiram até 2005, pois na escola secundária não havia este tipo de ensino (cursos profissionais), daí que de certa forma, substituíram o Estado durante cerca de 15 anos (que lhes pagava mediante o contrato-programa, tornando-se apenas num elemento regulador).

Antunes (2005: 53) afirma que o Estado de bem-estar passa a estar envolvido em transformações profundas sendo configurado sob três formas de atuação:

- “Estado de Competição (*competition state*) cujas prioridades se encaminham para a constante competição da economia global, para que possa expandir as suas oportunidades de desenvolvimento da sua economia.
- Estado em Rede (*network state*), forma pela qual os estados se colocam articulando-se entre si e que asseguram uma intervenção em áreas da vida social que vão além das fronteiras da Soberania nacional;
- Estado Articulador, cuja função é mediar os diferentes interesses sociais, procurando criar condições para tal. A criação e o desenvolvimento do subsistema de escolas profissionais em Portugal representou a edificação de novas instituições e processos educativos que envolveram a conjugação das formas de atuação com o Estado de competição e o Estado articulador, que se traduzem por uma redefinição dos serviços educativos (e de bem-estar) e do papel do Estado na sua governação”.

Antunes (2005) apresenta de forma sintética a relação dos diferentes atores no subsistema das escolas profissionais. A governação das escolas profissionais entre 1989 e 1998 (cf. Quadro 9).

Quadro 9: Governação das Escolas Profissionais

	Governação	Formas institucionais de coordenação social
Financiamento	Estado/UE Entidades promotoras Beneficiários/consumidores	Estado Terceiro Setor Mercado

Fornecimento	Escolas	Terceiro Setor? Mercado?
Regulação	Estado (administração do sistema educativo) Escolas (órgãos de direção e gestão)	Estado Terceiro Setor

Fonte: ANTUNES (2005:43)

De acordo com Quadro 9, verifica-se que quem financia as Escolas Profissionais é a União Europeia e quem regula esse financiamento são os órgãos de direção das escolas.

O lançamento do subsistema de escolas profissionais foi realizado através da institucionalização de três figuras que conjuntamente expressam e viabilizam as alterações introduzidas e potenciadas ao nível da governação da educação: o contrato-programa, os promotores e o partenariado.

“Através do contrato-programa era criada uma entidade, geralmente de natureza privada, a quem o Estado reconhecia um conjunto de poderes e competências e atribuía um leque de responsabilidades relacionadas com a oferta de cursos profissionais ao nível local. Tal entidade surgia com base numa proposta apresentada por promotores localmente sediados, que, com o Estado, assumiam legalmente a já referida divisão de responsabilidades. A consequência mais importante dessa divisão de responsabilidades parece ser a individualização e a privatização da relação entre a instituição e o serviço educativo e os produtores e beneficiários desse serviço. Quanto aos produtores, tal verifica-se por força do contrato (individual) de trabalho a que estão obrigados, que também flexibiliza (isto é, precariza) as relações laborais na esfera da educação”. (Antunes, 2005:5)

Este tipo de situação criou um clima de precariedade entre os profissionais da educação (corpo docente e não docente) com a implementação do contrato individual de trabalho, prestação de serviços, horários flexíveis, tornando-se desigual face ao que se passava no ensino público.

3.2. Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)

A nível nacional as orientações com vista ao planeamento e à programação da intervenção estrutural comunitária em Portugal no período 2007-2013 encontram-se inscritas no QREN, que, a um nível operacional, identificou como princípios chave para

o exercício de programação: Concentração do apoio em atividades que produzam resultados e efeitos económicos, socioculturais e de qualificação territorial; Seletividade nos investimentos e ações de desenvolvimento a financiar, com vista a satisfação de metas de eficiência na produção de resultados completada com a satisfação de objetivos de eficácia na realização física e financeira; Viabilidade económica e sustentabilidade financeira das atuações.

3.2.1. Programa Operacional do Potencial Humano (POPH)

Neste quadro de referência, ao Tema Potencial Humano o QREN estabeleceu o seguinte desígnio:

“Potencial humano com prioridade para intervenções no âmbito do emprego privado e público, da educação e formação e da formação avançada, promovendo a mobilidade, a coesão social e a igualdade de género, num quadro de valorização e aprofundamento de uma envolvente estrutural propícia ao desenvolvimento científico e tecnológico e à inovação”.

A proposta de programação do POPH promove um claro alinhamento com os princípios acima enunciados, situando a natureza estrutural e prioritária do investimento em qualificações para alcançar uma capacidade de criação de riqueza compatível com os objetivos de crescimento e coesão desejados para a sociedade portuguesa.

O POPH é um programa multiobjetivo cujas orientações comunitárias vão no sentido de estimular o potencial de crescimento sustentado da economia portuguesa, no quadro das seguintes prioridades:

“Superando o défice estrutural de qualificações da população portuguesa; Promovendo o conhecimento científico, a inovação e a modernização do tecido produtivo; Estimulando a criação e a qualidade do emprego, destacando a promoção do empreendedorismo e os mecanismos de apoio à transição para a vida ativa; Promovendo a igualdade de oportunidades”.

O conteúdo do Programa reflete, ainda, a colaboração de vários atores económicos e políticos com potencial influência na implementação do Tema Potencial Humano a nível nacional. De forma sintética, é possível afirmar que Portugal registou progressos muito significativos na progressão da frequência da escolaridade nos vários níveis e para os vários extratos etários, com destaque para o pré-escolar, a escolaridade aos 15 anos e aos 18 anos, e para o acesso ao ensino superior, e que as principais

debilidades são: o abandono escolar precoce; a falta de diversidade de ofertas de formação; a falta de qualificações dos ativos, condicionando a evolução da produtividade; a insuficiente formação do tecido empresarial.

Para superar estas debilidades no ensino, é necessária a diversificação e expansão das ofertas de educação e formação de natureza profissionalizante que proporcionem aos jovens uma dupla certificação, escolar e profissional, facilitadora da inserção qualificada no mundo do trabalho, bem como do prosseguimento de estudos. São abrangidas nesta prioridade os cursos profissionais, os cursos de aprendizagem, os cursos de educação e formação, os cursos do ensino artístico especializado e os cursos de especialização tecnológica.

4. A ORIENTAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL NUMA DIMENSÃO EUROPEIA

Segundo Pinho (1997), o progresso técnico e científico, bem como a mundialização da economia e a sociedade da informação constituem-se como fenómenos que produzem céleres e profundas mudanças na sociedade atual. Neste sentido, refere que a pressão crescente ao nível da competitividade no seio da União Europeia e a nível internacional requer, por parte dos sistemas económicos Europeus, qualidade, novidade e capacidade de prever mudanças. Nestes termos, o não estar preparado para enfrentar as constantes mudanças contextuais da sociedade atual equivale a pagar um preço muito elevado: o desemprego e a exclusão social. O combate a estes dois flagelos subentende uma adequada oferta e procura no mercado de emprego, fazendo com que os indivíduos sejam dotados de qualificações e competências que lhes possibilitem acompanhar o ritmo das modificações operadas no mercado de emprego e na sociedade em geral.

As mudanças referidas pela autora relacionam-se intimamente com o desenvolvimento de novas tecnologias, com as implicações a nível da produção e da gestão da informação. As novas tecnologias da informação, particularmente as relacionadas com a informática e com as telecomunicações, desempenham uma função capital na reestruturação das economias das sociedades progressistas (Pinho, 1997). Neste contexto, e tendo em conta os últimos anos, a autora salienta que a capacidade da economia para absorver as novas gerações que chegam à idade adulta abrandou. Concomitantemente, tem-se assistido ao aparecimento de uma «subclasse» de

escolarizados, formada por jovens que abandonam o sistema de ensino antes de obterem as qualificações e os conhecimentos necessários à obtenção de emprego.

Neste cenário e para que os países da União Europeia obtenham sucesso em termos de competitividade, crescimento e desenvolvimento, é imprescindível requalificar a mão-de-obra desempregada e facultar qualificações ajustadas aos jovens que se encontram nos Sistemas de Ensino.

Os sistemas de ensino europeus têm, ao longo dos tempos, sido confrontados com novas realidades sociais introduzidas pelas alterações ocorridas a nível do sistema económico e por todo um conjunto de mudanças ocorridas nas sociedades industrializadas. Certo é que a democratização do ensino não absorveu todos os jovens, ficando uma grande parcela dos mesmos fora do sistema de ensino; por outro lado, as profundas alterações operadas na organização da família, ou seja, cada vez menos numerosas e de tipologia cada vez mais distinta; o aumento do número de mulheres, com filhos em idade escolar a trabalhar fora de casa; o desemprego e a maior frequência de comportamentos desviantes dos jovens, tais como a delinquência e a toxicod dependência, constituem-se como problemas que requerem dos sistemas de ensino responsabilidades acrescidas (Pinho, 1997).

Estes problemas resultam numa certa tentativa de reestruturação a nível da Educação e da Formação Profissional por parte dos países membros da União Europeia. A Comissão Europeia aponta como prioritário o desenvolvimento dos recursos humanos ao longo de toda a vida ativa, começando com uma educação básica seguida de Formação Profissional inicial e contínua. Pretende-se que os jovens adquiram conhecimentos básicos de carácter geral para depois desenvolverem competências de carácter não só tecnológico como social, como seja a capacidade para desempenhar funções em ambientes tecnológicos complexos (Comissão Europeia, 1995).

O Mercado Único Europeu aboliu as fronteiras entre países membros, permitindo e incentivando a livre circulação de mercadorias, de capitais e de trabalhadores, com impacte significativo nos processos de mobilidade, que se intensificam e mudam de escala. A mobilidade deixa de ser concebida à escala nacional de cada país e é remetida para uma escala Europeia - a Dimensão Comunitária. Quanto à circulação de trabalhadores, surge um novo contexto. A mobilidade, que até aqui se operava a partir de países menos desenvolvidos e com elevada taxa de desemprego para países da Europa Central com falta de mão-de-obra pouco qualificada, é substituída por

um movimento mais fluído de trabalhadores especializados e pessoal profissional (Watts, 1993). Esta nova dimensão acarreta implicações a nível das entidades empregadoras, as quais pretendem quadros profissionais com competências para trabalhar eficazmente nos diversos países da União Europeia, e a nível de alguns postos de trabalho, cujos trabalhadores, ainda que não tenham que ser móveis geograficamente, precisam de competências específicas para saber lidar com essas implicações. O Artigo 127 do Tratado da União Europeia aconselha os Estados-membros a desenvolver serviços de orientação profissional inovadores no sentido de pôr em prática uma política de formação profissional da Comunidade que apoie as ações dos Estados-Membros nesse domínio. Um dos aspetos de inovação consiste na introdução da dimensão europeia na orientação profissional, passando pela criação de novas formas de serviços que informem e aconselhem os jovens acerca das possibilidades de ensino e de formação profissional no resto da Comunidade.

Uma vez que as estratégias até então aplicadas pela União Europeia não apresentaram os melhores resultados, o Conselho Europeu de Lisboa, em 2000, reforçado pela Comissão Europeia, em 2002, definiram objetivos concretos e estratégias de ação, através da educação, para que até 2010, a Europa se tornasse num espaço mais competitivo e inovador, coordenando uma política educativa, respeitando os diversos sistemas educativos dos diferentes Estados-Membros da Europa (Comissão Europeia, 2002).

Assim, nesta sequência, o Conselho adotou um relatório final que foi entregue ao Conselho Europeu de Estocolmo em Março de 2001, definindo três objetivos estratégicos: aumentar a qualidade e a eficácia dos sistemas de educação e de formação na UE; facilitar o acesso de todos aos sistemas de educação e de formação; abrir ao mundo exterior os sistemas de educação e de formação (Comissão Europeia, 2002, p. 8). A convicção da importância da educação e, em particular, da educação e formação profissional (EFP), na prossecução dos objetivos ambiciosos da Estratégia de Lisboa, foi reforçada em 2005.

Os Estados-Membros da Comissão Europeia, com o intuito de tornarem a Europa num espaço de mobilidade para o fator de trabalho, colocaram a si próprios os seguintes objetivos até 2010:

- “atingir a máxima qualidade na educação e na formação e assegurar que a Europa seja reconhecida, à escala mundial, como uma referência pela qualidade e relevância dos seus sistemas e instituições de educação e de formação;
- garantir que os sistemas de educação e de formação na Europa sejam suficientemente compatíveis para permitir que os cidadãos transitem de um sistema para outro e tirem partido da sua diversidade;
- assegurar que os detentores de qualificações, conhecimentos e competências adquiridos em qualquer parte da UE tenham a oportunidade de obter o seu reconhecimento efetivo em todos os Estados-Membros para efeitos de carreira e de prosseguimento da aprendizagem;
- garantir que os europeus de todas as idades tenham acesso à aprendizagem ao longo da vida;
- abrir a Europa à cooperação, reciprocamente benéfica, com todas as outras regiões e assegurar que ela seja o destino preferido dos estudantes, académicos e investigadores de outras regiões do mundo”.

O reconhecimento da importância da cooperação entre os Estados-Membros nas áreas da Educação e da Formação, já tinha resultado, anteriormente, na criação de dois importantes programas comunitários de natureza global e integradores dos diversos programas anteriores. Estes domínios são estabelecidos nos artigos 149.º e 150.º do Tratado de Lisboa: o programa LEONARDO DA VINCI e o programa SOCRATES. O programa LEONARDO, adotado em 6 de dezembro de 1994 para um período de 5 anos (1995-1999), baseia-se nos programas PETRA, FORCE, EUROTECNET, COMET, parte do programa LÍNGUA e na rede IRIS, apoia, completa e dilata as atividades empreendidas nos Estados-Membros com o intuito de otimizar a qualidade das políticas e práticas de formação. O programa SOCRATES, adotado em 14 de março de 1995 para o período que decorre até ao fim de 1999, prevê uma série de ações a serem desenvolvidas no âmbito da educação, em regime de cooperação, pelos Estados-Membros. Este programa abrange três capítulos: ERASMUS (Ensino Superior); COMENIUS (Ensino Escolar) e Medidas transversais, que compreende três ações (promoção das competências linguísticas; promoção da educação aberta e à distância e promoção do intercâmbio de informação e experiências).

A cooperação em matéria de educação no âmbito do SOCRATES tem objetivos de ordem pedagógica, sendo as ações de cooperação no âmbito do LEONARDO mais

declaradamente orientadas para a formação profissional, com propósitos definidos em termos de emprego e competitividade. O programa LEONARDO beneficia do apoio específico do Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (CEDEFOP).

Os programas comunitários relacionados, direta ou indiretamente, com as políticas e práticas de formação têm objetivos complementares e a sua criação subentende a existência de coordenação e complementaridade entre todos, para que os objetivos sejam alcançados. Deste modo, o programa LEONARDO, o programa SOCRATES, as Iniciativas Comunitárias desenvolvidas no âmbito dos Fundos Estruturais e do quarto programa-quadro de Investigação e Desenvolvimento (ID) e o Diálogo Social funcionam em regime de complementaridade.

CAPÍTULO II – METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

Este capítulo contém as opções metodológicas que regem esta investigação. Deste modo, após se ter feito o quadro conceptual, que contextualiza o estudo empírico, passa-se a fundamentar, em função dos objetivos delineados, e a descrever as opções seguidas ao nível da investigação a realizar.

Deste modo, o objetivo geral deste estudo consiste em saber até que ponto os entrevistados consideram importante uma Escola Profissional Privada na Região de Lamego.

Mais objetivamente pretende-se:

- Analisar os condicionalismos presentes nas opções dos alunos, por esta via de formação;
- Caracterizar os alunos, entre outros aspetos, em termos de trajetória escolar e de origem social;
- Conhecer as expectativas dos alunos face ao futuro;
- Verificar se os agentes educativos estão em consenso sobre a prática formativa do ensino profissional;
- Verificar se as escolas têm espaços e lugares específicos para o ensino profissional;
- Verificar se os alunos estão preparados para o mercado de trabalho;
- Verificar a importância de uma escola privada na região.

Assim, com o presente estudo, pretendemos analisar as tendências e consequências das Escolas Profissionais Privadas, numa época em que o XVIII Governo quer, até 2015, elevar as competências básicas dos alunos portugueses, assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória de 12 anos e reforçar o papel das Escolas.

2. A INVESTIGAÇÃO

O processo de investigação não é só um processo de aplicação de conhecimentos, mas também um processo de planificação e criatividade controlada.

No que concerne à metodologia, procurou-se, em primeiro lugar, referenciar o que se entende por método. Segundo Tuckman (2002), um método é um conjunto de processos pelos quais se torna possível conhecer uma determinada realidade, produzir um determinado objeto ou desenvolver certos procedimentos ou comportamentos.

O método científico caracteriza-se pela escolha de procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação de uma determinada situação sob estudo e a sua escolha deve estar baseada em dois critérios básicos: a natureza do objetivo ao qual se aplica e o objetivo que se tem em vista no estudo (Fachin, 2001). Dentro do método científico pode optar-se por abordagens de carácter quantitativo ou qualitativo.

No presente estudo, desenvolveu-se uma abordagem qualitativa, frequentemente utilizada em estudos voltados para a compreensão da vida humana em grupos, em campos como: a sociologia, a antropologia, a psicologia, entre outros domínios das ciências sociais. Esta abordagem tem tido diferentes significados ao longo da evolução do pensamento científico, mas pode dizer-se, enquanto definição genérica, que abrange estudos nos quais se localiza o observador no mundo, constituindo-se, portanto, num enfoque naturalístico e interpretativo da realidade (Bell, 2002).

Adotou-se uma “pesquisa qualitativa” procurando “compreender as percepções individuais”, não descurando, contudo, a relação entre cada indivíduo e realizando “medições com a ajuda de técnicas científicas” que são, comumente, conclusões quantitativas (Bell, 2003: 19-20).

Na opinião de Bell (2003: 19), o investigador deverá ter presente que: “estilos, tradições ou abordagens diferentes recorrem a métodos de recolha de informação igualmente diferentes, mas não há abordagem que prescreva ou rejeite uniformemente qualquer método em particular”.

As pesquisas designadas de qualitativas são “pesquisas que, usando, ou não, quantificações, pretendem interpretar o sentido do evento a partir do significado que as pessoas atribuem ao que falam e fazem” (Chizzotti, 2006: 289).

Em suma, a pesquisa qualitativa permite analisar os aspetos implícitos ao desenvolvimento das práticas organizacionais. Neste sentido, pretende-se nesta investigação recolher dados que são, essencialmente, de carácter descritivo, tendo como interesse, acima de tudo, a compreensão do significado que os participantes atribuem à realidade em análise.

3. ESTUDO DE CASO

Tendo como referência a pesquisa qualitativa, desenvolveu-se o método de estudo de caso.

De acordo com Yin (2005: 26), a definição das “questões da pesquisa é provavelmente o passo mais importante a ser considerado em um estudo de pesquisa”, já que a “forma de uma questão fornece um indício importante para traçar a estratégia de pesquisa que será adotada”. O estudo de caso consiste, ainda à luz da opinião do mesmo autor, na estratégia escolhida ao examinar-se acontecimentos contemporâneos, mas quando estes não se podem manipular.

Na opinião de Chizzotti (2006: 135), o objetivo do estudo de caso é “reunir os dados relevantes sobre o objeto do estudo e, desse modo, alcançar um conhecimento mais amplo sobre esse objeto”. Este tipo de estudo é preferido quando: o tipo de questão de pesquisa é da forma “como” e “por quê?”, quando o controlo que o investigador tem sobre os acontecimentos é muito reduzido, ou quando o foco temporal está em fenómenos contemporâneos dentro do contexto de vida real (Yin, 2005).

No método do estudo de caso, a ênfase está na compreensão, fundamentada basicamente no conhecimento tácito que tem uma forte ligação com a intencionalidade da investigação.

Assim, nesta investigação, a estratégia assenta no estudo de caso pelo facto de dar azo a um estudo em que, simultaneamente, se preservem as características holísticas e se possa documentar a importância atribuída pelos participantes a uma Escola Profissional Privada na Região de Lamego.

A multiplicidade de critérios e características que compõem os estudos de caso levam a algumas classificações e tipificações. Assim, de acordo com os objetivos e a natureza das informações finais, Yin (2005) classifica os estudos de caso como: exploratórios, descritivos, explicativos e avaliativos.

Atendendo-se à categorização proposta por Yin (2005) ao estudo de caso, esta investigação assume-se, na sua essência, como um estudo de caso descritivo, dado que objetiva fazer a descrição de um fenómeno no seu contexto natural.

Neste sentido, faz-se, no ponto que se segue, referência aos locais de estudo, tendo-se como ponto de partida a definição de estudo de caso múltiplo.

4. LOCAIS DE ESTUDO

A pesquisa de estudo de caso inclui “tanto estudos de caso único quanto de casos múltiplos” (Yin, 2005: 33). Na perspectiva de Sousa (2005: 137-138), “o estudo de caso visa essencialmente a compreensão do comportamento de um sujeito, de um dado acontecimento, ou de um grupo de sujeitos ou de uma instituição, considerados como entidade única, diferente de qualquer outra, numa dada situação específica, que é o seu ambiente natural”.

Face a estas maneiras de realizar o estudo de caso, Yin (2005: 39) refere que “é provável que a maioria dos projetos de casos múltiplos seja mais forte do que os projetos de caso único. Tentar usar até um projeto de ‘caso duplo’ é, portanto, um objetivo mais valioso do que fazer um estudo de caso único”. O mesmo autor acrescenta que “as conclusões analíticas que independentemente surgem dos dois casos (...) serão mais contundentes do que aquelas que surgem apenas de um estudo de caso único (...)”, caso o investigador, sob tais circunstâncias variadas, possa chegar a conclusões análogas a partir de ambos os casos. Assim, as conclusões poderão entender “de forma incomensurável a capacidade externa de generalização de suas descobertas, novamente em comparação àquelas retiradas de um único caso” (Yin, 2005: 76).

Os locais de estudo são duas escolas: uma Escola Profissional Privada e uma Escola Secundária Pública.

Importa referir que a opção por um estudo de caso múltiplo assenta na possibilidade do mesmo permitir a identificação e documentação das características análogas em contexto, garantindo igualmente uma maior abrangência e pluralidade.

Após a justificação da estratégia de investigação adotada, passa-se a apresentar os procedimentos referentes aos processos e técnicas de recolha de dados.

5. PARTICIPANTES/AMOSTRA

Na opinião de Hill e Hill (2005: 41), “uma população ou universo é o conjunto de valores de uma variável sobre a qual pretendemos tirar conclusões”, acrescentando que em ciências sociais é “usual termos apenas um valor da variável para cada caso”.

Num estudo de caso, a escolha da amostra adquire um sentido muito particular. De facto, a seleção da amostra é fundamental, pois constitui o cerne da investigação.

Apesar da seleção da amostra ser extremamente importante, a investigação, num estudo de caso, não é baseada em amostragem (Cunha, 2009).

A mesma autora salienta que, ao escolher o “caso” o investigador estabelece um fio condutor lógico e racional que guiará todo o processo de recolha de dados. Não se estuda um caso para compreender outros casos, mas para compreender o “caso”.

Deste modo, Bravo (1998) diz que a constituição da amostra é sempre intencional, baseando-se em critérios pragmáticos e teóricos, em detrimento dos critérios probabilísticos, procurando as variações máximas e não a uniformidade.

As características da população definem o grupo de sujeitos que serão incluídos no estudo e precisam os critérios de seleção” (Vaz Freixo, 2011: 183). Como tal, da população de professores, encarregados de educação, alunos das duas escolas e empresários, optou-se por escolher alunos do mesmo curso, professores de cada uma das áreas (sociocultural, científica e tecnológica). A amostra de professores, alunos, encarregados de educação e empresários é uma amostra por conveniência e obedeceu assim aos seguintes critérios: alunos do 3º ano do curso de Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos; professores da área sociocultural, científica e tecnológica; encarregados de educação das duas turmas e empresários que tinham estagiários das duas escolas.

Considerámos útil obter a perspetiva de vários atores das duas escolas, totalizando, deste modo, as 24 entrevistas que planeámos fazer (3 elementos de cada um dos atores de cada escola e 6 empresários, que tinham estagiários das duas escolas). A seleção, dentro de cada grupo, foi feita aleatoriamente.

Salienta-se que os Encarregados de Educação entrevistados não são pais dos alunos entrevistados.

6. ESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO

Depois de se ter definido a estratégia de investigação, aborda-se o *plano* ou o *design* da pesquisa, conforme a proposta de Afonso (2005:56). Yin (2005) refere que o plano é a sequência lógica que associa os dados empíricos aos objetivos da investigação e às suas conclusões, o que lhe garante uma estrutura lógica e coerente. Esta estrutura despoletou todo o processo investigativo.

A pesquisa teve por base uma “pesquisa de terreno” (Ferreira, 1998). Utilizando as palavras de Sarmiento (1997, cit. por Ferreira, 1998: 11), trata-se de uma “pesquisa no

terreno da ação”, sendo o investigador o principal instrumento, quer pela sua presença nos contextos, quer pelo contacto próximo com as pessoas, as situações e os acontecimentos do dia-a-dia.

Inicialmente, efetuou-se uma pesquisa via *internet* para verificar quais os cursos comuns às duas escolas. De seguida, contactou-se pessoalmente o Diretor da Escola Secundária e explicou-se o objetivo deste estudo, pedindo autorização para que o mesmo pudesse ser realizado.

No que respeita à Escola Profissional Privada, foi mais fácil, uma vez que a autora desta dissertação é a Diretora Pedagógica da mesma. Todos os participantes se mostraram bastante recetivos. Uma dificuldade detetada foi identificar as empresas comuns na realização da Formação em Contexto de Trabalho dos alunos das 2 escolas e convencer os Encarregados de Educação dos alunos da Escola secundária.

Depois de tudo explicado, entregou-se o guião com as perguntas aos interlocutores, que responderam calmamente. Os empresários preferiam responder via correio eletrónico.

Para que as entrevistas fossem adequadamente desenvolvidas, assumiu-se como extrema importância a criação, desde o primeiro momento, de um bom ambiente e de simpatia. Para tal, antes do início da entrevista, explicou-se aos entrevistados a sua finalidade, objetivo da pesquisa, a importância para o grupo em estudo, deixando também claro o seu carácter confidencial e que todas as informações prestadas permanecerão no anonimato.

Note-se que em relação aos interlocutores da escola secundária e aos empresários, a autora desta dissertação, em momento algum, se apresentou como diretora pedagógica da escola profissional, mas apenas como uma cidadã que estava a fazer um trabalho de investigação em Administração e Organização Escolar.

7. TÉCNICAS DE RECOLHA DE DADOS

A recolha de dados é apenas uma fase do trabalho. O mais importante prende-se com a organização e o tratamento desses dados, sendo uma das tarefas mais complexas, pois o maior problema do investigador não é o de saber como vai recolher os dados, mas sim o de imaginar o que fazer com os dados que obteve.

Afonso (2005:112) afirma que a avaliação da qualidade de dados se centra em três critérios: “fidedignidade, validade e representatividade”.

O primeiro critério refere-se à qualidade externa dos dados, ou seja, a garantia de que estes não foram manipulados.

A validade consiste na qualidade interna, isto é à pertinência que existe entre a pergunta e o conhecimento que se quer fazer.

O último critério prende-se com a garantia que os sujeitos envolvidos e os contextos selecionados representam o conjunto de elementos a que a pesquisa se refere.

Sabemos que existem vastíssimas técnicas de recolha de dados ao dispor do investigador. Para o estudo de caso, Yin (2003) aponta a possibilidade de recurso a seis fontes ou técnicas de recolha de dados, mas sublinha que nenhuma delas constitui um *ideal-tipo* para a estratégia do estudo de caso, uma vez que cada uma apresenta vantagens e inconvenientes. Yin defende o recurso a várias técnicas de recolha de dados, tendo em vista a triangulação das informações recolhidas e de modo a conferir maior validade ao estudo, no entanto, apenas incidimos na entrevista semiestruturada.

Afonso (2005: 97) sublinha que a entrevista é “uma das técnicas de recolha de dados mais frequentes na investigação naturalística”, indo de encontro ao nosso propósito, já que em investigação naturalista não temos qualquer propósito de intervir no estudo, pois trata-se de analisar situações concretas existentes e identificáveis pelo investigador, sem manipulação de quaisquer variáveis.

Relativamente à estratégia de estudo de caso, Stake refere que o seu uso é frequente em dois tipos de situações: “as descrições e as interpretações” (2007: 81). A nossa pergunta de partida, as questões de investigação e os objetivos definidos conduzem-nos a uma análise descritiva e interpretativa. Em suma, a recolha de dados assentou na técnica de entrevista semiestruturada, conforme se apresenta de seguida.

7.1. ENTREVISTAS

Na investigação qualitativa “a entrevista surge com um formato próprio” (Bogdan e Biklen, 1994:134), ou seja, é “desenhada” de acordo com a definição das categorias definidas pelo investigador. Centra-se em tópicos definidos num guião de entrevista, “oferecendo ao entrevistador uma amplitude de temas considerável, que lhe permite levantar uma série de tópicos e oferecem ao sujeito a oportunidade de moldar o seu conteúdo” (Bogdan e Biklen, 1994:135).

A entrevista permite uma maior proximidade entre quem investiga e quem tem a informação e, por isso, “caracterizam-se pelo facto de os sujeitos estarem à vontade e

falarem livremente sobre os seus pontos de vista (Biggs, 1986, cit. por Bogdan e Biklen, 1994: 136) [...] Produzem uma riqueza de dados, recheados de palavras que revelam as perspetivas dos respondentes”.

A entrevista, de acordo com Cunha (2009: 128), “é um instrumento primordial para a abordagem em profundidade do ser humano, quer pela compreensão rica que propícia, quer por ser um processo comum, tanto na observação direta intensiva, como na base da observação direta extensiva”. A mesma autora acrescenta que este é um instrumento de recolha de dados da metodologia qualitativa, que serve para se obter a informação verbal de um ou vários participantes. Resume-se a “uma conversação, uma relação verbal, entre dois indivíduos, o investigador e a pessoa a interrogar e abrange tanto interações verbais, como não-verbais” (Cunha, 2009: 129).

A entrevista é um modo particular de comunicação verbal, que se estabelece entre o investigador e os informantes, com o objetivo de recolher dados relativos às questões de investigação. Citando Bogdan e Biklen (1994): “a entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspetos do mundo” (Bogdan e Biklen, 1994: 134).

A entrevista elaborada para este estudo é semiestruturada, pois elaborámos algumas questões, que funcionaram como um guião da mesma, apresentando objetivos, perguntas e tópicos, como nos sugere Afonso (2005: 99):

“O guião deve ser construído a partir das questões de pesquisa e eixos de análise do projecto de investigação. A sua estrutura típica tem um carácter matricial, em que a substância da entrevista é organizada por objetivos, questões e itens ou tópicos. A cada questão correspondem vários itens ou tópicos que serão utilizados na gestão do discurso do entrevistado em relação a cada pergunta.”

Para o efeito, construímos quatro matrizes, adaptando cada uma delas em função da tipologia dos entrevistados: professores, alunos, encarregados de educação e empresários.

Após a realização de um pré-teste dos guiões das entrevistas a 3 alunos, 6 professores, 3 empresários e 3 Encarregados de Educação, procedeu-se a algumas alterações aos guiões iniciais, no que respeita à ordem das questões, à repetição das mesmas, de forma a minimizar a possibilidade das respostas serem influenciadas pelas questões anteriores, obtendo-se, deste modo, os guiões definitivos.

A estrutura do instrumento de recolha de dados encontra-se em anexo, respetivamente Encarregados de Educação (Anexo I), Alunos (Anexo II), Professores (Anexo III) e Empresários (Anexo IV).

Os quatro guiões de entrevista foram destinados a entrevistados que desempenharam papéis diferenciados no acompanhamento da experiência. Um primeiro guião continha perguntas dirigidas aos Encarregados de Educação das duas escolas; o segundo era dirigido a alunos quer da escola secundária quer da escola profissional. O mesmo aconteceu no terceiro guião que era dirigido a professores, selecionando-se de acordo com as áreas onde trabalhavam (científica, sociocultural e técnica). Por fim, elaborou-se um guião destinado aos empresários que tinham estagiários das duas escolas.

Saliente-se que os guiões para cada grupo tiveram de ser diferentes, indo de encontro à experiência e às vivências de cada um dos atores, procurando responder aos objetivos da investigação. Assim, cada guião começava por fazer a caracterização dos diferentes atores, com a informação de sigilo. O guião dos alunos apresentava várias questões, que permitiam conhecer o seu Percorso escolar, Escolha do curso e da Escola: razões e motivações, Perspetivas de Futuro, Satisfação com a opção da Escola e do Curso, Futuro das Escolas profissionais privadas. O dos empresários permitia responder apenas às seguintes áreas: Perspetivas sobre o ensino profissional, Escolha do curso e da Escola: razões e motivações, Futuro das Escolas profissionais privadas. O dos Encarregados de Educação: Percorso escolar do aluno, Escolha do curso e da Escola: razões e motivações, Perspetivas de Futuro, Satisfação com a opção da Escola e do Curso, Futuro das Escolas profissionais privadas. Finalmente, o guião dos professores: Perspetivas sobre o ensino profissional, Satisfação profissional, Escolha do curso e da Escola: razões e motivações, Futuro das Escolas profissionais privadas.

Cunha (2009: 133) refere que a entrevista semiestruturada é um “modelo que não é inteiramente livre, nem orientado por um leque de perguntas estabelecidas *a priori*. É, no geral, constituída por uma série de perguntas abertas, colocadas verbalmente e seguindo uma ordem prevista, podendo o entrevistador acrescentar outras perguntas que julgue necessárias, com finalidades de esclarecimento”.

O entrevistador possui realmente, conforme esclarece a autora supracitada, um guia referencial de perguntas abertas, que apresenta à medida que a entrevista vai

decorrendo, a fim de que o discurso do entrevistado possa fluir livremente, permitindo-lhe que se exprima com abertura.

Teve-se também em conta as recomendações de Almeida e Freire (2003) no que diz respeito à formulação das perguntas, que segundo o autor, só devem ser feitas diretamente quando o entrevistado estiver pronto para dar a informação desejada e na forma prevista; fazer em primeiro lugar, as perguntas que não conduzam à recusa em responder ou que possam provocar algum negativismo; fazer uma pergunta de cada vez; nas perguntas não deixar implícitas as respostas; manter na mente as questões mais importantes até que se tenha a informação adequada sobre elas; uma vez que a questão tenha sido respondida, deve ser abandonada em favor da questão seguinte.

A entrevista constitui uma técnica de investigação que permite um contacto próximo entre o investigador e os demais sujeitos envolvidos. Tudo isto num “processo de pesquisa colaborativa, as entrevistas são essencialmente dispositivos de implicação, de escuta e de reflexividade, funcionando como instâncias através das quais os atores constroem a realidade social e a sua própria biografia e experiência” (Oliveira, 1999: 15).

As entrevistas foram respondidas por escrito e, posteriormente, transcritas para suporte digital, respeitando sempre todas as informações concedidas pelos participantes. De forma a garantir o anonimato dos entrevistados, não apenas por uma questão ética, o que por si só é muito importante, mas principalmente para preservar os intervenientes neste processo de investigação, foi atribuído a cada entrevistado um código que apenas é do conhecimento da investigadora, como, por exemplo, P (Professor escola profissional) PPr1 (Professor escola secundária) PPu1; A (aluno escola profissional) AEPr1 (aluno escola secundária) AEPu1; EE (Encarregados de Educação escola profissional) EEPr1; (Encarregados de Educação escola secundária) EEPu1; E (empresários) E1.

CAPÍTULO III - RESULTADOS

1. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos dados teve como suporte o programa informativo NVivo 8. As opções disponibilizadas por este *software*, atendendo ao tipo de material em causa e à análise que se pretendia realizar, a frase revelou ser a unidade de texto mais adequada, contudo nem sempre se verificou coincidência entre a unidade de análise e a estrutura do texto, situação atribuível ao facto de se tratar de discurso oral.

A análise das informações implica a sua organização. Uma forma de o fazer é através da sua categorização segundo determinado sistema de codificação. Para que este procedimento se revele eficaz, importa que o sistema de codificação “capte a informação importante dos dados a codificar” e que permita “recolher informação útil para descrever e compreender o fenómeno que se estuda” (Lessard-Hébert *et al.*, 2005). Consiste na organização das informações, sem no entanto se induzirem desvios no material em análise, mas de tal forma que permita revelar “índices invisíveis ao nível dos dados brutos” (Bardin, 2004: 117; Lessard-Hébert *et al.*, 2005).

Esta operação pode ser realizada de duas formas, segundo um sistema de categorias existente ou segundo um sistema de categorias que emerge “da classificação analógica e progressiva dos elementos” (Bardin, 2004: 119), ou como referem Carmo e Ferreira (1998: 225), “a definição das categorias, pode ser feita *a priori* ou *a posteriori*”.

Delineou-se nesta fase metodológica uma abordagem exploratória, elencada numa categorização *a posteriori*. Configurou-se em “procedimentos abertos” ou procedimentos exploratórios em “que nenhum quadro categorial teórico serve de suporte à análise” (Ghiglione e Matalon, 1993: 232).

A estruturação inicial das categorias de análise foi emergindo de uma primeira leitura das transcrições das entrevistas. Salienta-se que, durante o processo de análise das informações, teve-se sempre em consideração os objetivos do estudo. Contudo, procurou-se manter alguma abertura em relação a este referencial para a possibilidade de surgirem dados que levantassem outras questões, que eventualmente pudessem ser plasmadas noutros estudos.

De seguida, aquando do processo de categorização das unidades de registo, previamente preparadas, as categorias e subcategorias foram subdivididas, fundidas, eliminadas ou ajustadas consoante as imposições dos dados. As maiores alterações na organização inicialmente proposta foram implementadas na categorização dos dados das

entrevistas. De forma gradual, foi-se intervindo cada vez menos na estrutura que foi emergindo a partir da proposta inicial.

O tratamento dos dados relativos às entrevistas resultou num processo de refinamento e consolidação das categorias encontradas, ou como referem Lessard-Hébert *et al.* (2005), pela “saturação teórica” ou “saturação da amostra”. De facto, durante a codificação dos dados da entrevista, verificaram-se acrescentos importantes de informação, os dados revelaram situações novas. Tratou-se, portanto, de uma análise indutiva, procurando-se aspetos específicos dos dados para descobrir categorias, dimensões e inter-relações importantes (Tuckman, 2000).

Pelo exposto, conclui-se que o processo de análise das informações recolhidas através das entrevistas consistiu num trabalho exaustivo e sistemático, de organização dos elementos (unidades de registo) em torno de uma estrutura flexível de categorias, que se foi ajustando até se verificarem alguns princípios, como o da exclusão mútua, da homogeneidade, da pertinência, da objetividade, fidelidade e da produtividade (Bardin, 2004).

No intuito de se oferecer uma compreensão do trabalho desenvolvido e dada a importância das categorias criadas no contexto de análise das informações, cumpre sintetizar alguns dos aspetos considerados fundamentais neste domínio. O princípio da exclusão mútua baseia-se no pressuposto de que cada elemento de análise se encontra apenas codificado em apenas uma das categorias. De acordo com Bardin (2004), este princípio depende do princípio da homogeneidade, que foi também respeitado, visto que para cada um dos conjuntos categoriais só funciona apenas com “um registo e com uma dimensão de análise” (p. 120). A adequação de cada uma das categorias ao material em análise justificou a pertinência da sua criação. Por outro lado, procurou-se, tanto quanto possível, a criação de categorias não dotadas de qualquer espécie de ambiguidade, para que a codificação fosse a mais objetiva e fiel possível, relativamente às ideias expressas pelos intervenientes.

Em suma, a análise dos dados das entrevistas consistiu na procura de um discurso singular a partir dos discursos de cada um dos intervenientes. Aquando da análise, procurou-se fazer “falar” o “material recolhido” de forma a libertar as categorias que permitissem sintetizar o conteúdo dos discursos dos participantes. Conclui-se referindo que respostas idiossincráticas, ou seja, respostas apresentadas por apenas um dos participantes não constituíram categoria.

Assim, procede-se à apresentação da análise de conteúdo das entrevistas realizadas, segundo os intervenientes entrevistados, tendo em conta o fio condutor das questões das entrevistas.

1.1 Caracterização da amostra - Encarregados de Educação

EE Escola profissional vs EE Escola Secundária

Tendo em conta os dados presentes no Quadro 10, constata-se que o número de EE de alunos da Escola Profissional (n=3) é igual ao número de EE de alunos da Escola Secundária (n=3).

Quadro 10: Distribuição da amostra segundo a escola do educando

Escola	n
Escola Profissional	3
Escola Secundária	3
Total	6

Género

Como se pode ver através do Quadro 11, a amostra é maioritariamente masculina (n=4), enquanto à parcela feminina corresponde um n=2.

Quadro 11: Distribuição da amostra segundo o Género

Género	n
Feminino	2
Masculino	4
Total	6

Idade

Os indivíduos que dão corpo à amostra pertencem, em igual número, à faixa etária entre os 21 e os 40 anos de idade (n=3) e entre os 41 e os 61 anos de idade (n=3).

Quadro 12: Distribuição da amostra segundo a Idade

Idade	n
20-40 anos	3
41-60 anos	3
Total	6

Habilitações Académicas

De acordo com o Quadro 13, verifica-se que a maioria dos E.E. concluiu o 2º Ciclo (n=2), logo seguidos pelos que concluíram o 3º Ciclo (n=1) e o Ensino Secundário (n=1). Salienta-se que dois inquiridos ainda não terminaram o seu percurso escolar.

Quadro 13: Distribuição da amostra segundo as Habilitações Académicas

Habilitações	n
2º Ciclo	2
3º Ciclo	1
Ensino Secundário	1
Total	4

Profissão

Tendo em conta os dados presentes no Quadro 14, constata-se que 2 EE são empregadas domésticas, 2 são estudantes, 1 encontra-se desempregado e também 1 é assistente operacional.

Quadro 14: Distribuição da amostra segundo a Profissão

Profissão	n
Doméstica	2
Desempregado	1
Estudante	2
Assistente Operacional	1
Total	6

1.2 Caracterização da amostra - Alunos

Alunos Escola profissional vs Alunos Escola Secundária

Tendo em conta os dados presentes no Quadro 15, constata-se que o número de alunos da Escola Profissional ($n=3$) é igual ao número de alunos da Escola Secundária ($n=3$).

Quadro 15: Distribuição da amostra segundo a escola que frequenta

Escola	n
E.P. de Lamego	3
E.S. Latino Coelho	3
Total	6

Género

Como se pode ver através do Quadro 16, a amostra é maioritariamente masculina ($n=5$), enquanto à parcela feminina corresponde apenas um $n=1$.

Quadro 16: Distribuição da amostra segundo o Género

Género	n
Feminino	1
Masculino	5
Total	6

Idade

Os indivíduos que dão corpo à amostra têm, maioritariamente, 20 anos de idade ($n=3$), logo seguidos pelos com 18 anos de idade ($n=2$) e, por fim, um com 19 anos de idade ($n=1$).

Quadro 17: Distribuição da amostra segundo a Idade

Idade	n
18 anos	2
19 anos	1
20 anos	3
Total	6

1.3 Caracterização da amostra - Professores

EE Escola profissional vs EE Escola secundária

Tendo em conta os dados presentes no Quadro 18, constata-se que o número de professores da Escola Profissional (n=3) é igual ao número de professores da Escola Secundária (n=3).

Quadro 18: Distribuição da amostra segundo a escola onde leciona

Escola	n
Escola Profissional	3
Escola Secundária	3
Total	6

Género

Como se pode ver através do Quadro 10, a amostra é maioritariamente feminina (n=4), enquanto à parcela masculina corresponde um n=2.

Quadro 19: Distribuição da amostra segundo o Género

Género	n
Feminino	4
Masculino	2
Total	6

Idade

Dos indivíduos que dão corpo à amostra um tem 28 anos, um tem 29 anos, dois têm 33 anos, um tem 40 anos e outro tem 50 anos.

Quadro 20: Distribuição da amostra segundo a Idade

Idade	n
28/ 29 anos	2
33 anos	2
40 anos	1
50 anos	1
Total	6

Habilitações Académicas

De acordo com o Quadro 21, verifica-se que a maioria dos professores possui uma licenciatura (n=4), seguidos pelos que têm mestrado (n=1) e o bacharelato (n=1).

Quadro 21: Distribuição da amostra segundo as Habilitações Académicas

Habilitações	n
Licenciatura	4
Mestrado	1
Bacharelato	1
Total	6

Categoria profissional

Tendo em conta os dados presentes no Quadro 22, constata-se que todos os professores pertencem ao quadro de Zona Pedagógica.

Quadro 22: Distribuição da amostra segundo a categoria profissional

Profissão	n
QZP	6
Total	6

1.4 Caracterização da amostra – Empresários

Género

Como se pode ver através do Quadro 23, a amostra é maioritariamente masculina (n=5), enquanto à parcela feminina corresponde um n=1.

Quadro 23: Distribuição da amostra segundo o Género

Género	n
Feminino	1
Masculino	5
Total	6

Idade

Os indivíduos que dão corpo à amostra encontram-se entre os 30 e os 42 anos de idade, sendo a maior percentagem a que se encontra entre os 30 e os 33 anos de idade (n=4).

Quadro 24: Distribuição da amostra segundo a Idade

Idade	n
40 – 42 anos	2
30 – 33 anos	4
Total	6

1.5 Questionário Encarregados de Educação

Domínio 1 – Percorso escolar do aluno

O primeiro grupo de 3 questões do guião da entrevista deu origem ao domínio *Percorso escolar do aluno*, do qual emergiram as 3 categorias (Retenção; Mudança de escola; Opção por Escola Profissional). Nos quadros que se seguem estão expostas as categorias, respetivas subcategorias, unidades de registo, frequência e valores percentuais correspondentes a cada subcategoria.

No que concerne à retenção, 2 EE afirmaram que o seu educando teve 1 retenção (n=2; 33,3%), o mesmo acontecendo com os que afirmaram que os seus educandos tiveram 3 retenções. Uma percentagem de 16,6% (n=1) afirmou que o seu educando teve 2 retenções e, em igual percentagem, o E.E. cujo educando não teve qualquer retenção.

Quadro 25: Categoria 1 – retenções

Subcategorias	Unidades de registo	Frequência	%
1 retenção	“Sim, uma vez, no 10º ano” EEEEP1 “Sim, uma vez, no 9º ano” EEEEP3	2	33,3
2 retenções	“Sim, 2 vezes, no 7º e 9º ano” EEEEPu3	1	16,6

3 retenções	“Sim, 3 vezes no 9º ano” EEEPU1 “Sim, 3 vezes, no 2º, 5º e 7º ano” EEEPU2	2	33,3
Nenhuma retenção	“Não” EEEPU2	1	16,6

Relativamente à mudança de escola, todos os encarregados de educação (100%) apenas referiram a ocorrência uma vez, principalmente devido ao desejo de frequentar um curso profissional (Quadro 26).

Quadro 26: Categoria 2 – mudança de escola

Subcategorias	Unidades de registo	Frequência	%
1 mudança de escola	“Uma, porque queria tirar um curso profissional” EEEPU1 e EEEPU3 e EEEPU3 “Uma, porque quis mudar de curso” EEEPU2 “Uma, porque não se adaptou” EEEPU1 “Só por causa do grau de escolaridade” EEEPU2	6	100

Quanto à opção por um curso profissional, verificou-se que a maioria dos E.E. afirma que os seus educandos fizeram esta opção quando terminaram o 9º ano de escolaridade ou no 10º ano (n=4; 66,6%), enquanto 2 (33,3%) tomaram esta decisão no 9º ano de escolaridade (Quadro 27).

Quadro 27: Categoria 3 – opção por curso profissional

Subcategorias	Unidades de registo	Frequência	%
9º ano	“no 9º ano” EEEPU1; EEEPU2	2	33,3
10º ano	“no 10º ano” EEEPU3 “depois do 9º ano” EEEPU1; EEEPU2; EEEPU3	4	66,6

Domínio 2 – Escolha do curso e da Escola: razões e motivações

O segundo grupo de 4 questões do guião da entrevista deu origem ao domínio *Escolha do curso e da Escola: razões e motivações*, do qual emergiram 4 categorias (Conhecimento da existência do curso e da escola; Razão da escolha do curso

profissional e satisfação; Vantagens do Ensino Profissional e Razão da escolha da escola do filho). Nos quadros que se seguem estão expostas as categorias, respetivas subcategorias, unidades de registo, frequência e valores percentuais correspondentes da cada subcategoria.

Relativamente ao conhecimento da existência do curso e da escola, a maioria afirmou que o seu educando teve este conhecimento através de amigos e família (n=5; 83,3%); seguidos pelos que tiveram conhecimento na escola (n=3; 50%) e pelos que o tiveram pelo psicólogo (n=1; 16,6%). Salienta-se que a percentagem é superior a 100 dado que os entrevistados podiam indicar mais do que uma opção de resposta (Quadro 28).

Quadro 28: Categoria 1 – conhecimento do curso e da escola

Subcategorias	Unidades de registo	Frequência	%
Amigos/ família	“Através de amigos, família” EEEP1; EEEP3; EEEPu1; EEEPu3 “Através de amigos (...)” EEEPu2	5	83,3
Professor/ diretor de turma	“Através de (...) professores” EEEP2; EEEPu2 “Através de (...) Professores, Diretor de Turma” EEEPu1	3	50
Psicólogo	“Através de (...) Psicólogo (...)” EEEPu1	1	16,6

Relativamente ao motivo da escolha do curso e satisfação face ao mesmo, observou-se que maioritariamente esta teve origem no gosto pela área de estudos, bem como pela melhor perspetiva de emprego (n=4; 66,6); seguidos pelos que revelaram insatisfação pela área de estudos anterior (n=2; 33,3%). As percentagens são superiores a 100 porque os entrevistados tinham a possibilidade de escolher mais do que uma resposta (Quadro 29).

Quadro 29: Categoria 2 – razão da escolha do curso

Subcategorias	Unidades de registo	Frequência	%
Gosto pessoal	“Gosto pela área de estudos” EEEP1; EEP3; EEEPu1; EEEPu3	4	66,6
Perspetiva de emprego	“Melhores perspetivas de emprego” EEEP1; EEEP2; EEEP3; EEEPu1	4	66,6

Insatisfação	“Insatisfação com a área de estudos anterior” EEEPu1; EEEPU2	2	33,3
--------------	---	---	------

Quanto às vantagens apresentadas do ensino profissional, as mais referidas foram as aulas mais práticas e a possibilidade de emprego (n=4; 66,6); logo seguidos pela dupla certificação (n=3; 50%) e, por fim, por ser considerado um ensino mais acessível (n=2; 33,3%). É de salientar que os entrevistados podiam escolher mais do que uma resposta, daí as percentagens serem superiores a 100% (Quadro 30).

Quadro 30: Categoria 3 – vantagens do ensino profissional

Subcategorias	Unidades de registo	Frequência	%
Aulas práticas	“Aulas mais práticas” EEEP1; EEEP2; EEP3; EEEPu1	4	66,6
Possibilidade de emprego	“Possibilidade de emprego” EEEP1; EEEP2; EEEP3; EEEPU1	4	66,6
Certificação	“Dupla certificação” EEEP2; EEEPU1; EEEPU3	3	50
Acessibilidade	“Mais acessível” EEEPU1; EEEPU2	2	33,3

No que se refere às razões dos E.E. pela escolha da escola, a mais preponderante foi por ter o curso pretendido (n=5; 83,3) e a proximidade de casa (n=4; 66,6). Menos referidas foram a influência de terceiros e evitar mudar de escola (n=1; 16,6%). Também nesta questão os entrevistados podiam escolher mais do que uma resposta, daí as percentagens resultarem num valor superior a 100% (Quadro 31).

Quadro 31: Categoria 4 – razão da escolha da escola do filho

Subcategorias	Unidades de registo	Frequência	%
Proximidade de casa	“Proximidade de casa” EEEP1; EEEPU1; EEEPu2; EEEPU3	4	66,6
Influência amigos/ família	“Influência de amigos/ família” EEEP1	1	16,6

Curso	“Por ter o curso que queria” EEEP1; EEEP2; EEEP3; EEEPU1; EEEPU3	5	83,3
Mudança de escola	“Continuar na mesma escola” EEEPU1	1	16,6

Domínio 3 – Perspetivas de futuro

O terceiro grupo de 2 questões do guião da entrevista deu origem ao domínio *Perspetivas de futuro*, do qual emergiram 2 categorias (Opções pós-curso e Facilidade de acesso a emprego). Nos quadros que se seguem estão expostas as categorias, respetivas subcategorias, unidades de registo, frequência e valores percentuais correspondentes da cada subcategoria.

Relativamente à opção dos educandos após terminarem o curso, a maioria dos encarregados de educação inquiridos considera que os seus educandos vão integrar o mercado de trabalho (n=4; 66,6%); imediatamente seguidos pelos que afirmam que os educandos vão continuar os estudos (n=3; 50%) (Quadro 32). Salienta-se que um dos entrevistados considerou plausíveis ambas as opções.

Quadro 32: Categoria 1 – decisão pós-curso

Subcategorias	Unidades de registo	Frequência	%
Ensino Superior	“Prosseguir estudos” EEEP1; EEEP2; EEEPU3	3	50
Mercado de trabalho	“Trabalhar” EEEP3; EEEPU1; EEEPU2; EEEPU3	4	66,6

A quase totalidade dos inquiridos considera que o curso profissional vai facilitar o acesso dos seus filhos a um emprego (n=4; 66,6%), enquanto os restantes afirmam não saber (n=2; 33,4%) (Quadro 33).

Quadro 33: Categoria 2 – facilidade de acesso a emprego

Subcategorias	Unidades de registo	Frequência	%
Sim	“Sim” EEEP1; EEEP2; EEEP3; EEEPU3	4	66,6

Incerteza	“Não sei” EEEPu1; EEEPu2	2	33,4
-----------	--------------------------	---	------

Domínio 4 – Satisfação com a opção da escola e do curso

O quarto grupo de 2 questões do guião da entrevista deu origem ao domínio *Satisfação com a opção da escola e do curso*, do qual emergiram 2 categorias (Satisfação com a escola e Recomendação da escola). Nos quadros que se seguem estão expostas as categorias, respetivas subcategorias, unidades de registo, frequência e valores percentuais correspondentes da cada subcategoria.

Todos os encarregados de educação revelam satisfação com a escola (n=6; 100%), justificando esta opinião com o facto de a escola reunir boas condições para lecionar este tipo de curso: espaços, qualidade, quantidade e adequação dos equipamentos, qualificação do perfil de professores (Quadro 34).

Quadro 34: Categoria 1 – satisfação com a escola

Subcategorias	Unidades de registo	Frequência	%
Sim	“Sim” EEEEP1; EEEEP2; EEEEP3; EEEEPu1; EEEEPu2; EEEPu3	6	100

Todos os encarregados de educação afirmam que recomendariam a escola (n=6; 100%), possivelmente por considerarem este ensino mais acessível, mais motivador e mais prático; devido à dupla certificação e ao acesso a um emprego e ao ensino superior (Quadro 35).

Quadro 35: Categoria 2 – recomendação da escola

Subcategorias	Unidades de registo	Frequência	%
Sim	“Sim” EEEEP1; EEEEP2; EEEEP3; EEEEPu1; EEEEPu2; EEEPu3	6	100

Domínio 5 – Futuro das Escolas Profissionais Privadas

O quinto grupo tem apenas 1 questão constante do guião da entrevista, e deu origem ao domínio *Futuro das Escolas Profissionais Privadas*, do qual emergiu 1

categoria (Pertinência da Escola Profissional Privada). No quadro que se segue estão expostas as categorias, respetivas subcategorias, unidades de registo, frequência e valores percentuais correspondentes da cada subcategoria.

A quase totalidade dos encarregados de educação (n=5; 83,3%) julga pertinente que as escolas profissionais privadas devam continuar a existir, pois consideram que as Escolas Profissionais têm muitos anos de experiência e que estão melhor preparadas para lecionar este tipo de ensino. Por outro lado, um dos inquiridos (n=1; 16,6%) não é da mesma opinião, na medida em que considera que se existe no ensino público, não há necessidade de se estar a financiar as escolas privadas (Quadro 36).

Quadro 36: Categoria 1 – pertinência das Escolas Profissionais Privadas

Subcategorias	Unidades de registo	Frequência	%
Sim	“Sim” “porque as Escolas Profissionais têm muitos anos de experiência e estão mais bem preparadas para lecionar este tipo de ensino EEEP1; EEEP2; EEEP3; EEEPU1; EEEPU3	5	83,3
Não	“Não” “porque se existe no ensino público, não há necessidade de se estar a financiar as escolas privadas” EEEPU2	1	16,6

1.6 Questionário Alunos

Domínio 1 – Percorso escolar do aluno

O primeiro grupo de 3 questões do guião da entrevista deu origem ao domínio *Percorso escolar do aluno*, do qual emergiram as 3 categorias (Retenção; Mudança de escola; Opção por Escola Profissional). Nos quadros que se seguem estão expostas as categorias, respetivas subcategorias, unidades de registo, frequência e valores percentuais correspondentes da cada subcategoria.

No que concerne à retenção, 2 alunos afirmaram ter ficado retidos uma vez e, com igual frequência, outros 2 afirmaram não ter sofrido qualquer retenção (n=2; 33,3%). Um aluno afirmou ter tido uma retenção (n=1; 16,6%) e outro afirmou apenas já ter sido retido, não referindo quantas vezes nem em que ano(s) (n=1; 16,6%) (Quadro 37).

Quadro 37: Categoria 1 – Retenções

Subcategorias	Unidades de registo	Frequência	%
1 retenção	“Sim, uma vez, no 8º ano” AEPr1 “Sim, uma vez, no 9º ano” AEPr2	2	33,3
2 retenções	“Sim, no 7º e 9º ano” AEPr3	1	16,6
Sim	“Sim” AEPu1	1	16,6
Nenhuma retenção	“Não” AEPu2; AEPu3	2	33,3

Relativamente à mudança de escola, dois alunos mudaram de escola 3 vezes (n=2; 33,3%), outros dois nunca mudaram de escola (n=2; 33,3%) e um aluno mudou de escola 1 vez (n=1; 16,6%). Ressalva-se que um dos alunos não respondeu a esta questão (Quadro 38).

Quadro 38: Categoria 2 – mudança de escola

Subcategorias	Unidades de registo	Frequência	%
1 mudança de escola	“Uma vez, para fazer o 12º ano” AEPr1	1	16,6
3 mudanças de escola	“Três vezes porque não havia o curso que queria” AEPr2 “Três vezes, devido ao percurso escolar e aos objetivos de vida” AEPr3	2	33,3
Nenhuma	“Nenhuma” AEPu2; AEPu3	2	33,3

Quanto à opção por um curso profissional, a maioria dos alunos fez esta opção depois de terminarem o 9º ano de escolaridade (n=4; 66,6%), enquanto 2 (n=2; 33,4%) tomaram esta decisão no 9º ano de escolaridade (Quadro 39).

Quadro 39: Categoria 3 – opção por curso profissional

Subcategorias	Unidades de registo	Frequência	%
9º ano	“No 9º ano” AEPr1; AEPu1	2	33,4
10º ano	“Depois do 9º ano” AEPr2; AEPr3; AEPu2; AEPu3	4	66,6

Domínio 2 – Escolha do curso e da Escola: razões e motivações

O segundo grupo de 5 questões do guião da entrevista deu origem ao domínio *Escolha do curso e da Escola: razões e motivações*, do qual emergiram 5 categorias (Conhecimento da existência do curso e da escola; Razão da escolha do curso profissional e satisfação; Vantagens do Ensino Profissional; Razão da escolha da escola e Formação em contexto de trabalho). Nos quadros que se seguem estão expostas as categorias, respetivas subcategorias, unidades de registo, frequência e valores percentuais correspondentes da cada subcategoria.

Relativamente ao conhecimento da existência do curso e da escola, a maioria dos alunos teve conhecimento através de amigos (n=4; 66,6%), seguidos pelos que tiveram conhecimento por professores (n=2; 33,3%) e pelos que tiveram conhecimento pela internet ou publicidade (n=1; 16,6%). É de salientar que os valores percentuais são superiores a 100% porque os entrevistados podiam escolher mais do que uma opção de resposta (Quadro 40).

Quadro 40: Categoria 1 – conhecimento do curso e da escola

Subcategorias	Unidades de registo	Frequência	%
Amigos	“Através de amigos” AEPr1; AEPr2; AEPu3 “Através de amigos (...)” AEPr3	4	66,6
Internet/ publicidade	“(…) internet e publicidade” AEPr3	1	16,6
Professor	“Através de professores” AEPu1; AEPu2	2	33,3

Relativamente ao motivo da escolha do curso e satisfação face ao mesmo, observou-se que maioritariamente esta teve origem no gosto pela área de estudos (n=5;

83,3) e por melhores perspectivas de emprego (n=2; 33,3%). As percentagens obtidas são superiores a 100 porque os entrevistados tinham várias opções de resposta (Quadro 41).

Quadro 41: Categoria 2 – razão da escolha do curso

Subcategorias	Unidades de registo	Frequência	%
Gosto pessoal	“Gosto pela área de estudos” AEPu1; AEPu2; AEPu3 “Porque gosto de informática e da área de estudos e estou muito satisfeito” AEPr2 “Porque gosto da área de estudos (...)” AEPr3	5	83,3
Perspetiva de emprego	“Melhores perspectivas de emprego” AEPr1; “(…) por ter melhores perspectivas de emprego” AEPr3	2	33,3

Quanto às vantagens apresentadas do ensino profissional, as mais referidas foram a possibilidade de emprego (n=4; 66,6); a dupla certificação (n=3; 50%); o ensino mais acessível (n=1; 16,6%) e, por fim, aulas mais práticas (n=1; 16,6%). Dado que os entrevistados podiam escolher mais do que uma opção de resposta, os valores percentuais obtidos são superiores a 100% (Quadro 42).

Quadro 42: Categoria 3 – vantagens do ensino profissional

Subcategorias	Unidades de registo	Frequência	%
Aulas práticas	“Aulas mais práticas” AEPr2	1	16,6
Possibilidade de emprego	“Possibilidade de emprego” AEPr1; AEPr2; AEPr3; AEPu1;	4	66,6
Certificação	“Dupla certificação” AEPr2; AEPr3; AEPu3	3	50
Acessibilidade	“Mais acessível” AEPu2	1	16,6

No que se refere às razões da escolha da escola, a mais apontada pelos alunos foi por ter o curso pretendido (n=3; 50), seguida da proximidade de casa (n=2; 33,3) e da influência de amigos/ familiares (n=2; 33,3%). Os entrevistados podiam optar por mais

do que uma resposta, o que resultou em valores percentuais superiores a 100% (Quadro 43).

Quadro 43: Categoria 4 – razão da escolha da escola

Subcategorias	Unidades de registo	Frequência	%
Proximidade de casa	“Proximidade de casa” AEPPr3; AEPu2	2	33,3
Influência amigos/família	“Influência de amigos/ família” AEPPr1; AEPPr2	2	33,3
Curso	“Por ter o curso que queria” AEPPr3; AEPu1; AEPu3	3	50

A maioria dos alunos considera a Formação em Contexto de Trabalho (FCT) uma porta para o mercado de trabalho (n=5; 83,3%), bem como uma forma de colocar em prática o que aprendem nas aulas (n=2; 33,3%). Uma vez que os entrevistados optaram por mais do que uma resposta, os valores percentuais obtidos são superiores a 100% (Quadro 44).

Quadro 44: Categoria 5 – FCT

Subcategorias	Unidades de registo	Frequência	%
Mercado de trabalho	“É uma porta que se abre para o mercado de trabalho” AEPPr1; AEPPr2; AEPPr3; AEPu1; AEPu3	5	83,3
Prática	“É uma boa forma de praticar o que se aprende nas aulas” AEPPr3; AEPu2	2	33,3

Domínio 3 – Perspetivas de futuro

O terceiro grupo de 2 questões do guião da entrevista deu origem ao domínio *Perspetivas de futuro*, do qual emergiram 2 categorias (Opções pós-curso e Facilidade de acesso a emprego). Nos quadros que se seguem estão expostas as categorias, respetivas subcategorias, unidades de registo, frequência e valores percentuais correspondentes da cada subcategoria.

Todos os alunos referiram que quando terminarem o curso vão trabalhar (n=6; 100%) (Quadro 45).

Quadro 45: Categoria 1 – decisão pós-curso

Subcategorias	Unidades de registo	Frequência	%
Mercado de trabalho	“Trabalhar” AEPr1; AEPr2; AEPr3; AEPu1; AEPu2; AEPu3	6	100

Quanto à facilidade de acesso a um emprego, metade dos inquiridos considera que o curso profissional vai facilitar (n=3; 50%) e a outra metade não sabe (n=3; 50%) (Quadro 46).

Quadro 46: Categoria 2 – facilidade de acesso a emprego

Subcategorias	Unidades de registo	Frequência	%
Sim	“Sim” AEPr3; AEPu1; AEPu3	3	50
Incerteza	“Não sei” AEPr1; AEPr2; AEPu2	3	50

Domínio 4 – Satisfação com a opção da escola e do curso

O quarto grupo de 2 questões do guião da entrevista deu origem ao domínio *Satisfação com a opção da escola e do curso*, do qual emergiram 2 categorias (Satisfação com a escola e Recomendação da escola). Nos quadros que se seguem estão expostas as categorias, respetivas subcategorias, unidades de registo, frequência e valores percentuais correspondentes da cada subcategoria.

Todos os alunos manifestaram satisfação com a escola (n=6; 100%), justificando esta opinião com os mesmos argumentos usados pelos encarregados de educação (Quadro 47).

Quadro 47: Categoria 1 – satisfação com a escola

Subcategorias	Unidades de registo	Frequência	%
Sim	“Sim” AEPr1; AEPr2; AEPr3; AEPu1; AEPu2; AEPu3	6	100

Todos os alunos afirmam que recomendariam a escola (n=6; 100%), à semelhança do que havia acontecido com os encarregados de educação, considerando este ensino mais acessível, mais motivador e mais prático; devido à dupla certificação e ao acesso a um emprego e ao ensino superior: “*sim, porque é mais acessível; mais motivador; mais prático; dupla certificação; acesso a um emprego e ao ensino superior*” (AEPr1; AEPr2; AEPr3; AEPu1; AEPu2; AEPu3) (Quadro 48).

Quadro 48: Categoria 2 – recomendação da escola

Subcategorias	Unidades de registo	Frequência	%
Sim	“Sim” AEPr1; AEPr2; AEPr3; AEPu1; AEPu2; AEPu3	6	100

Domínio 5 – Futuro das Escolas Profissionais Privadas

O quinto grupo tem apenas uma questão constante do guião da entrevista, e deu origem ao domínio *Futuro das Escolas Profissionais Privadas*, do qual emergiu uma categoria (Pertinência da Escola Profissional Privada). No quadro que se segue estão expostas as categorias, respetivas subcategorias, unidades de registo, frequência e valores percentuais correspondentes da cada subcategoria.

Quase todos os alunos (n=4; 66,6%) consideram pertinente a existência das escolas profissionais privadas, devido a terem muitos anos de experiência e estarem melhor preparadas para lecionar este tipo de ensino. Em contrapartida, dois alunos da escola pública (n=2; 33,3%) são da opinião que estas escolas devem deixar de existir, baseando-se no facto de que se existe ensino público, não há necessidade de se financiar as escolas privadas: “*Não, porque se existe no ensino público, não há necessidade de se estar a financiar as escolas privadas*” (AEPu1; AEPu2) (Quadro 49).

Quadro 49: Categoria 1 – pertinência das Escolas Profissionais Privadas

Subcategorias	Unidades de registo	Frequência	%
Sim	“Sim. Têm mais anos de experiência e estão melhor preparadas” AEPr1; AEPr2; AEPr3; AEPu3	4	66,6
Não	“Não” AEPu1; AEPu2	2	33,3

1.7 Questionário Empresários

Domínio 1 – Satisfação com a opção da escola e do curso

O primeiro grupo de 4 questões do guião da entrevista deu origem ao domínio *Perspetivas sobre o ensino profissional*, do qual emergiram 4 categorias (Implementação generalizada dos cursos profissionais nas escolas públicas; Relevância atribuída aos cursos profissionais no panorama da oferta educativa/formativa do ensino secundário; Impacto da abertura de cursos de dupla certificação nas escolas secundárias em relação às escolas profissionais; Alunos melhor preparados para o mercado de trabalho). Nos quadros que se seguem estão expostas as categorias, respetivas subcategorias, unidades de registo, frequência e valores percentuais correspondentes da cada subcategoria.

Na maioria, os empresários entrevistados não manifestam uma opinião positiva face à implementação generalizada dos cursos profissionais nas escolas públicas (n=4; 66,6%), (Quadro 50).

Quadro 50: Categoria 1 – opinião sobre implementação generalizada dos cursos profissionais nas escolas públicas

Subcategorias	Unidades de registo	Frequência	%
Favorável	“a escola secundária deve proporcionar todas as oportunidades aos jovens” E1; E3	2	33,3
Desfavorável	“escola secundária ainda não está preparada pedagogicamente para este tipo de ensino, preocupando-se quase exclusivamente com a quantidade de alunos que possuem e com a redução das taxas de abandono escolar” E2 “Escola secundária não está preparada para o ensino profissional, falta-lhe vocação e uma mudança de comportamento, o ensino profissional requer o ensino de competências práticas e não somente teóricas, coisa que (...) não existe muito no ensino público” E4; E5 “é um grande erro, pois vai levar à extinção dos cursos profissionais como nós os conhecemos e valorizamos” E6	4	66,6

Maioritariamente, os empresários atribuem relevância aos cursos profissionais no panorama da oferta educativa/formativa do ensino secundário (n=5; 83,4%), embora um dos entrevistados considere que estes cursos não estão a cumprir a sua função de facilitador de entrada no mercado de trabalho (n=1; 16,6%) (Quadro 51).

Quadro 51: Categoria 2 – relevância atribuída aos cursos profissionais no panorama da oferta educativa/formativa do ensino secundário

Subcategorias	Unidades de registo	Frequência	%
Pouco relevante	“os cursos profissionais deveriam permitir ou facilitar a entrada ou inserção no mercado de trabalho, o que me parece não estar a ser cumprido” E2	1	16,6
Relevante	“Formação específica na área de interesse” E1; E3 “permitem uma dupla certificação” E3 “São muito importantes (...) pois penso que a sociedade ainda não percebeu a importância deste cursos e pensa que eles são para os miúdos que não conseguem fazer o ensino normal (...) ideia é totalmente errada,(...) excelente oportunidade de criar técnicos intermédios, profissionais que realmente deitam as mãos à obra e arrancam com os projetos” E4 “cursos profissionais garantem uma vertente qualificante, que vai além da vertente escolar e garante a qualificação para uma inserção no mundo do trabalho, criando técnicos especialistas com dupla certificação - escolar e profissional” E5 “São uma mais-valia, pois nota-se um destaque muito grande de alunos com notas menos boas, mas na prática são grandes profissionais e sabem fazer as coisas” E6	5	83,4

Metade dos empresários entrevistados considera que o impacto da abertura de cursos de dupla certificação nas escolas secundárias em relação às escolas profissionais contribui para a deterioração do conceito de ensino profissional (n=3; 50%) (Quadro 52).

Quadro 52: Categoria 3 – impacto da abertura de cursos de dupla certificação nas escolas secundárias em relação às escolas profissionais

Subcategorias	Unidades de registo	Frequência	%
Formação específica	“Especificação dos alunos em áreas de interesse pessoal” E1; E3	2	33,3
Concorrência	“As escolas profissionais ganharam um concorrente “sério”, visto que as escolas secundárias possuem uma maior quantidade de alunos, e para que estes não abandonem o ensino basta à escola ter capacidade para os “envolver” em cursos profissionais entretanto criados” E2	1	16,6
Incentivo	“Incentivo a uma carreira profissional” E3	1	16,6
Deterioração do conceito	<p>“serviu para piorar o conceito que se tem destes cursos, nas escolas públicas a ideia que existe é que estes cursos são para os piores alunos, os que não estudam e nem querem fazer nada, e como tal as escolas secundárias encaminham estes alunos para lá... enfim destrói-se a reputação de cursos que à partida era muito boa” E4</p> <p>“As escolas profissionais estão adaptadas ao ensino modular e regem-se por métodos criteriosos de seleção de alunos, no entanto nas escolas públicas denota-se cada vez mais a necessidade de apresentação de indicadores estatísticos que evidenciem o sucesso escolar e garantam o maior número de matrículas para o ano seguinte” E5</p> <p>“Corre-se o risco de fechar as escolas profissionais e de os jovens não saírem tão bem preparados para o mundo do trabalho” E6</p>	3	50

Todos os entrevistados são unânimes ao afirmar que consideram ser os alunos das escolas profissionais que entram no mercado de trabalho melhor preparados (n=6; 100%), (Quadro 53).

Quadro 53: Categoria 4 – alunos melhor preparados

Subcategorias	Unidades de registo	Frequência	%
Escola Profissional	“Sem dúvida os da escola profissional, mais capazes tecnicamente, mais autónomos, com vontade de trabalhar e aprender e, acima de tudo, com valores e objetivos.” E1; E2; E3; E4; E5, E6	6	100

Domínio 2 – Escolha do curso e da Escola: razões e motivações

O segundo grupo de 4 questões do guião da entrevista deu origem ao domínio *Escolha do curso e da Escola: razões e motivações*, do qual emergiram 4 categorias (Fatores que mais influenciam a opção dos alunos e das suas famílias por cursos profissionais; Motivo para os alunos optarem pela escola profissional privada, tendo o mesmo curso na escola secundária; Possibilidade de o aumento da oferta formativa deste tipo de ensino contribuir para a diminuição do insucesso/abandono escolar no ensino secundário; Escola que reúne as melhores condições para lecionar este tipo de cursos). Nos quadros que se seguem estão expostas as categorias, respetivas subcategorias, unidades de registo, frequência e valores percentuais correspondentes da cada subcategoria.

Os fatores influenciadores mais apontados pelos empresários entrevistados para os alunos e as famílias optarem por cursos profissionais são: influência de alguém (n=4; 66,6%); o curso e a facilidade (n=3; 50%), o gosto pessoal (n=2; 33,3%) e, por fim, a desmotivação, a dedicação/ responsabilidade e a dupla certificação (n=1; 16,6%). É de salientar que a percentagem obtida é superior a 100% pois os entrevistados optaram por mais do que uma resposta (Quadro 54).

Quadro 54: Categoria 1 – fatores que mais influenciam a opção dos alunos e das suas famílias por cursos profissionais

Subcategorias	Unidades de registo	Frequência	%
Curso	“o curso” E1; E3; E6	3	50

Influência	“influência de outros” E1; E3; E6 “Na minha opinião, as famílias influenciam a opção dos alunos pelos cursos profissionais” E2	4	66,6
Gosto pessoal	“o gosto pessoal” E3; E6	2	33,3
Facilidade	“a facilidade ” E3; E6 “(…) infelizmente a grande maioria pensa na facilidade acima de tudo, depois vem o facto de poderem ter uma profissão que gostem” E4	3	50
Desmotivação	“O sistema de ensino público nem sempre garante o acompanhamento correto de alunos que facilmente se sentem desmotivados com o ensino teórico” E5	1	16,6
Dedicação/ responsabilidade	“Denota-se no entanto que os alunos que optam por um curso profissional em detrimento da continuidade do ensino público secundário, são mais dedicados e responsáveis traçando um caminho bem definido em relação ao futuro com a certificação deste curso” E5	1	16,6
Dupla certificação	“dupla certificação” E6	1	16,6

Relativamente ao motivo para optarem por uma escola profissional privada, tendo o mesmo curso na escola secundária, os empresários referiram os seguintes: prestígio da escola (n=5; 83,3%); a influência de outros (n=4; 66,6%) e as vagas (n=1; 16,6%). Os valores percentuais são superiores a 100% porque os entrevistados optaram por dar mais do que uma resposta (Quadro 55).

Quadro 55: Categoria 2 – motivo para os alunos optarem pela escola profissional privada, tendo o mesmo curso na escola secundária

Subcategorias	Unidades de registo	Frequência	%
Prestígio	“prestígio da escola” E1; E2; E3; E4; E6	5	83,3
Influência	“influência de outros” E1; E3; E5; E6	4	66,6
Vagas	“vaga” E6	1	16,6

A maioria dos empresários inquiridos considera que o aumento da oferta educativa deste tipo de ensino pode contribuir para a diminuição do insucesso/abandono escolar no ensino secundário (n=4; 66,6), enquanto dois deles (n=2; 33,3%) não considera que tenha influência, pelo contrário, como por norma são obrigados a ir acabam por abandonar. (Quadro 56).

Quadro 56: Categoria 3 – possibilidade de o aumento da oferta formativa deste tipo de ensino contribuir para a diminuição do insucesso/abandono escolar no ensino secundário

Subcategorias	Unidades de registo	Frequência	%
Sim	“Sim, porque os alunos não gostam do ensino normal” E1; E2 “Sim, porque os alunos não gostam do ensino regular, e é muito generalizado, sendo este tipo mais específico” E3 “Sim, porque os alunos preferem um ensino mais prático” E6	4	66,6
Não	“Não, a ideia que eu tenho é que no ensino público os alunos são forçados a frequentá-los. A pressão é muito grande por parte da escola, e como eles vão porque são forçados e não por gosto, acabam por desistir na mesma” E4; E5	2	33,3

Os empresários entrevistados são unânimes em considerar serem as escolas profissionais que reúnem melhores condições para lecionar este tipo de cursos (n=6; 100) (Quadro 57).

Quadro 57: Categoria 4 – escola que reúne as melhores condições para lecionar este tipo de cursos

Subcategorias	Unidades de registo	Frequência	%
Escola Profissional	“Profissional, pois já tem os meios e para dar uma melhor formação aos alunos” E1; E5 “as escolas profissionais têm um capital de experiência muito valioso” E2 “Privada, pois já tem os meios e o <i>know-how</i> para melhor formação dos alunos” E3; E4 “A escola profissional, sem dúvida, pois tem uma história de décadas a lecionar este tipo de cursos” E6	6	100

Domínio 3 – Futuro das Escolas Profissionais Privadas

O terceiro grupo tem apenas 1 questão constante do guião da entrevista, e deu origem ao domínio *Futuro das Escolas Profissionais Privadas*, do qual emergiu 1 categoria (Pertinência da Escola Profissional Privada). No quadro que se segue estão expostas as categorias, respetivas subcategorias, unidades de registo, frequência e valores percentuais correspondentes da cada subcategoria.

Quase todos os empresários (n=5; 83,4%) consideram pertinente a existência das escolas profissionais privadas, devido a terem muitos anos de experiência e que estarem melhor preparadas para lecionar este tipo de ensino (Quadro 58).

Quadro58: Categoria 1 – pertinência das Escolas Profissionais Privadas

Subcategorias	Unidades de registo	Frequência	%
Sim	“Sim, porque as Escolas Profissionais têm muitos anos de experiência e estão mais bem preparadas para lecionar este tipo de ensino” E1; E2; E6 “Sim, a qualidade é totalmente diferente, assim como o acompanhamento dos formandos. Não deveria era existir nas escolas secundárias públicas” E4 “Neste ponto as escolas profissionais distanciam-se em muito das escolas públicas” E5	5	83,4
Não	“Não, porque se existe no ensino público, não há necessidade de se estar a financiar as escolas privadas” E3	1	16,6

1.8 Questionário Professores

Domínio 1 – Perspetivas sobre o ensino profissional

O primeiro grupo de 5 questões do guião da entrevista deu origem ao domínio *Escolha do curso e da Escola: razões e motivações*, do qual emergiram 5 categorias (Implementação generalizada dos cursos profissionais nas escolas públicas; Relevância atribuída aos cursos profissionais no panorama da oferta educativa/formativa do ensino secundário; Impacto da abertura de cursos de dupla certificação nas escolas secundárias

em relação às escolas profissionais; Importância da FCT; Alunos bem preparados para o mercado de trabalho). Nos quadros que se seguem estão expostas as categorias, respetivas subcategorias, unidades de registo, frequência e valores percentuais correspondentes da cada subcategoria.

Na maioria, os professores entrevistados manifestam uma opinião positiva face à implementação generalizada dos cursos profissionais nas escolas públicas (n=5; 83,4%), (Quadro 59).

Quadro 59: Categoria 1 – opinião sobre implementação generalizada dos cursos profissionais nas escolas públicas

Subcategorias	Unidades de registo	Frequência	%
Favorável	“a escola secundária deve proporcionar todas as oportunidades aos jovens” PPr1; PPr2; PPu1; PPu2; PPu3	5	83,4
Desfavorável	“escola secundária ainda não está preparada para este tipo de ensino e só se preocupa com o número de alunos/ taxa de sucesso” PPr3	1	16,6

Maioritariamente, os professores atribuem relevância aos cursos profissionais no panorama da oferta educativa/formativa do ensino secundário devido à dupla certificação (n=5; 83,3%), à facilidade de entrada no mercado de trabalho (n=2; 33,3%) e à motivação (n=1; 16,6%). Os valores percentuais são superiores a 100% porque os entrevistados podiam dar mais do que uma resposta (Quadro 60).

Quadro 60: Categoria 2 – relevância atribuída aos cursos profissionais no panorama da oferta educativa/formativa do ensino secundário

Subcategorias	Unidades de registo	Frequência	%
Motivação	“Os cursos profissionais motivam muito mais os alunos a estudar” PPr3	1	16,6
Dupla certificação	“Os cursos profissionais proporcionam uma dupla certificação e permitem obter uma profissão com maior facilidade e rapidez” PPr1; “A importância do ensino profissional no ensino secundário é essencialmente de dupla certificação, que faz com que os alunos possam, logo que terminem o 12º ano, ter possibilidades reais de entrar no mercado de trabalho” PPr2 “permitem uma dupla certificação” PPu1; PPu2; PPu3	5	83,3
Mercado de trabalho	“facilita a inserção no mercado de trabalho” PPu2; PPu3	2	33,3

Os professores, na quase totalidade, consideram que o impacto da abertura de cursos de dupla certificação nas escolas secundárias em relação às escolas profissionais tem um impacto negativo (n=4; 66,6%), pois reduz o número de alunos nas escolas profissionais e as escolas secundárias apenas se preocupam em manter o número de alunos e os professores não estão preparados para lecionar o ensino profissional. Uma vez que os entrevistados tinham a possibilidade de dar mais do que uma resposta, as percentagens obtidas totalizam um valor superior a 100% (Quadro 61).

Quadro 61: Categoria 3 – impacto da abertura de cursos de dupla certificação nas escolas secundárias em relação às escolas profissionais

Subcategorias	Unidades de registo	Frequência	%
Negativo	<p>“O impacto pode não ser tão positivo como se espera, mas a abertura nas escolas secundárias vai proporcionar aos alunos novas oportunidades de escolha” PPr1</p> <p>“Penso que nas escolas secundárias apenas se preocupam em manter o número de alunos e os professores não estão preparados para lecionar o ensino profissional” PPr3</p> <p>“reduz o número de alunos nas escolas profissionais;” PPU1; PPU3</p>	5	86,6
Razoável	<p>“A abertura deste tipo de cursos nas escolas secundárias foi uma maneira de atrair mais alunos a estas escolas, uma vez que se nota cada vez mais falta de alunos que integrem o ensino” PPr2</p> <p>“razoável” PPU2</p>	1	16,6

A maioria dos professores considera a FCT uma forma de colocar em prática o que aprendem nas aulas (n=5; 86,4%), bem como uma porta para o mercado de trabalho (n=1; 16,6%). (Quadro 62).

Quadro 62: Categoria 4 – FCT

Subcategorias	Unidades de registo	Frequência	%
Mercado de trabalho	<p>“A formação em contexto de trabalho é essencial neste tipo de ensino, uma vez que põe em prática os conhecimentos dados nas aulas, dá a possibilidade de contactarem com o mercado de trabalho” PPr2</p>	1	16,6
Prática	<p>“Os alunos têm oportunidade de porem em prática os conhecimentos adquiridos nas aulas teóricas/práticas” PPr1; PPr3; PPU1; PPU2; PPU3</p>	5	86,4

A maioria dos professores considera que os alunos saem bem preparados para o mercado de trabalho (n=5; 86,6%), o único que manifesta alguma dúvida leciona na escola secundária (n=1; 16,6%). (Quadro 63).

Quadro 63: Categoria 5 – alunos bem preparados para o mercado de trabalho

Subcategorias	Unidades de registo	Frequência	%
Sim	“Se tiverem o melhor acompanhamento, um comportamento adequado, sim, estão preparados para o mercado de trabalho” PPr1 “Considero que os alunos saem bem preparados para o mundo do trabalho, saem pelo menos com mais vantagens em termos práticos do que os alunos do ensino secundário regular” PPr2 “Sim” PPr3; PPU1 “a maior parte dos alunos sim” PPU2	5	86,6
Talvez	“talvez” PPU3	1	16,6

Domínio 2 – Satisfação profissional

O segundo grupo de 2 questões do guião da entrevista deu origem ao domínio *Satisfação profissional*, do qual emergiram 2 categorias (Acumulação com escola profissional privada e Motivação para lecionar cursos profissionais). Nos quadros que se seguem estão expostas as categorias, respetivas subcategorias, unidades de registo, frequência e valores percentuais correspondentes da cada subcategoria.

A maioria dos professores não está nem nunca esteve em regime de acumulação com a escola profissional privada (n=5; 86,4%) (Quadro 64).

Quadro 64: Categoria 1 – acumulação com escola profissional privada

Subcategorias	Unidades de registo	Frequência	%
Não	“Não” PPr1; PPr3; PPU2; PPU3 “Não, nunca estive em acumulação(...)” PPr2	5	86,4
Sim	“Sim, já estive em regime de acumulação” PPU1	1	16,6

A quase totalidade dos professores inquiridos afirma sentir-se motivado para lecionar cursos profissionais (n=4; 66,6%) (Quadro 65).

Quadro 65: Categoria 2 – motivação para lecionar cursos profissionais

Subcategorias	Unidades de registo	Frequência	%
Sim	“Sim, sinto-me preparada” PPr1; PPr2; “Sim porque gosto de ensinar (...)” PPr3; PPu1	4	66,6
Por vezes	“Mais ou menos: depende das turmas/alunos (...)” PPu2; PPu3	2	33,4

Domínio 3 – Escolha do curso e da escola

O terceiro grupo de 4 questões do guião da entrevista deu origem ao domínio *Satisfação com a opção da escola e do curso*, do qual emergiram 4 categorias (Fatores que influenciaram escolha do curso e escola; Motivações dos alunos; Contributo da oferta formativa para a diminuição do insucesso/abandono escolar no ensino secundário; Condições da escola para lecionar estes cursos). Nos quadros que se seguem estão expostas as categorias, respetivas subcategorias, unidades de registo, frequência e valores percentuais correspondentes da cada subcategoria.

Na opinião dos professores, vários são os motivos que influenciam os alunos e a família na escolha do curso e da escola: dupla certificação, acesso ao mercado de trabalho, gosto pessoal, o curso e o percurso escolar anterior (n=2; 33,3%); seguidos pelos que mencionaram a influência de terceiros (n=1; 16,6%). Os valores percentuais são superiores a 100% porque os entrevistados podiam dar mais do que uma resposta (Quadro 66).

Quadro 66: Categoria 1 – fatores que influenciaram escolha do curso e escola

Subcategorias	Unidades de registo	Frequência	%
Dupla certificação	“(…)também pela dupla certificação” PPr1; PPu1	2	33,3
Facilidade de acesso mercado de trabalho	“facilidade de acesso a uma profissão (...)” PPr1; PPr2; PPu1	2	33,3
Influência	“a influência de outros colegas/amigos” PPr2	1	16,6

Gosto pessoal	“o gosto pessoal” PPr2; PPr3	2	33,3
Curso	“o curso” PPr2; PPr3	2	33,3
Percurso anterior	“percurso escolar anterior” PPr2; PPr3	2	33,3

Relativamente ao que leva os alunos a optarem por uma escola profissional, a maioria dos professores aponta os cursos (n=4; 66,6), logo seguidos pelos que referem a influência de outras pessoas (n=3; 50%). O prestígio da escola é mencionado por 2 professores (33,3%) e a localização da escola por 1 professor (16,6%). Os valores percentuais são superiores a 100% dado que os entrevistados optaram por mais do que uma resposta (Quadro 67).

Quadro 67: Categoria 2 – motivações dos alunos

Subcategorias	Unidades de registo	Frequência	%
Prestígio	“pelo prestígio da escola (...)” PPr1; PPr2	2	33,3
Cursos	“(…) pelos cursos em causa” PPr1; PPr2; PPr3; PPr4	4	66,6
Influência	“influência dos outros” PPr2, PPr3; PPr4	3	50
Localização	“(…) à localização” PPr2	1	16,6

Quase todos os professores inquiridos consideram que a oferta formativa contribui para a diminuição do insucesso/ abandono escolar no ensino secundário (n=5; 86,4%). (Quadro 68).

Quadro 68: Categoria 3 – contributo da oferta formativa para a diminuição do insucesso/abandono escolar no ensino secundário

Subcategorias	Unidades de registo	Frequência	%
Contribui	“Sim, poderá contribuir. Cada vez mais os alunos optam pelos cursos profissionais” PPr1 “Sim, porque os alunos não gostam do ensino regular e preferem algo mais prático” PPr3; PPU1; PPU2; PPU3	5	86,
Não contribui	“Não, o aumento do insucesso/abandono escolar no ensino secundário não se deve ao aumento da oferta formativa” PPr2	1	16,6

Todos os professores inquiridos consideram que a sua escola reúne todas as condições necessárias para lecionar estes cursos (n=6; 100%) (Quadro 69).

Quadro 69: Categoria 4 – condições da escola para lecionar estes cursos

Subcategorias	Unidades de registo	Frequência	%
Sim	“Sim, a escola reúne todas as condições para lecionar os cursos profissionais” PPr1; PPr2; PPr3; PPU1; PPU2; PPU3	6	100

Domínio 4 – Futuro das Escolas Profissionais Privadas

O quarto grupo tem apenas 1 questão constante do guião da entrevista, e deu origem ao domínio *Futuro das Escolas Profissionais Privadas*, do qual emergiu 1 categoria (Pertinência da Escola Profissional Privada). No quadro que se segue estão expostas as categorias, respetivas subcategorias, unidades de registo, frequência e valores percentuais correspondentes da cada subcategoria.

No respeitante à opinião dos professores sobre a pertinência de uma escola profissional privada na região, as opiniões oscilam, em igual número, entre o sim e o não, ambos com (n=3; 50%) das opiniões (Quadro 70).

Quadro 70: Categoria 1 – pertinência das Escolas Profissionais Privadas

Subcategorias	Unidades de registo	Frequência	%
Sim	<p>“Sim, acho pertinente a existência de uma escola profissional privada na Região” PPr1</p> <p>“Sim, porque as Escolas Profissionais têm muitos anos de experiência e estão mais bem preparadas para lecionar este tipo de ensino” PPr3</p> <p>“Sim, porque as Escolas Profissionais são mais uma opção para os jovens e o ensino é diferente” PPU1</p>	3	50
Não	<p>“Acho, antes de mais, essencial a existência do ensino privado, (...). A possibilidade de uma escola profissional privada numa determinada região acrescenta a esta característica atrás referida, uma melhor preparação para este tipo de ensino” PPr2</p> <p>“Não, porque se existe no ensino público, não há necessidade de se estar a financiar as escolas privadas” PPU2; PPU3</p>	3	50

CAPÍTULO IV - CONCLUSÃO / REFLEXÕES FINAIS

1. SINOPSE

1.1. Questionário Encarregados de Educação

No que respeita ao percurso escolar do aluno, quanto ao número de retenções, da totalidade dos Encarregados de Educação entrevistados, apenas um afirma que o seu educando não teve qualquer retenção. Relativamente à mudança de escola, todos os encarregados de educação referem que esta situação aconteceu apenas uma vez, devido ao desejo do educando em frequentar uma escola profissional. Quanto à opção por um curso profissional, a maioria dos E.E. afirma que os seus educandos fizeram esta opção, principalmente, quando terminaram o 9º ano de escolaridade ou no 10º ano, sendo em menor número os que tomaram esta decisão no decorrer do 9º ano de escolaridade.

Relativamente à escolha do curso, a maioria dos Encarregados de Educação afirmou que o seu educando teve conhecimento da existência do curso através de amigos e família ou na escola, sendo que apenas um teve este conhecimento através do psicólogo. Relativamente ao motivo da escolha do curso e satisfação face ao mesmo, maioritariamente teve origem no gosto pela área de estudos, bem como pela melhor perspectiva de emprego e pelos que revelaram insatisfação pela área de estudos anterior. Quanto às vantagens apresentadas do ensino profissional, as mais referidas foram as aulas mais práticas e a possibilidade de emprego, a dupla certificação e por ser considerado um ensino mais acessível. Relativamente às razões dos EE pela escolha da escola, a mais preponderante foi por ter o curso pretendido e a proximidade de casa. Menos referidas foram a influência de terceiros e evitar mudar de escola.

Quanto às perspectivas de futuro, a maioria dos encarregados de educação inquiridos considerou que os seus educandos, após terminarem o curso, vão integrar o mercado de trabalho, outros pretendem que os seus educandos vão continuar os estudos, principalmente os da escola profissional. Quase todos os inquiridos consideram que o curso profissional vai facilitar o acesso dos seus filhos a um emprego.

Relativamente à satisfação com a opção da escola e do curso, todos os encarregados de educação revelam satisfação com a escola, justificando esta opinião com o facto de a escola reunir boas condições para lecionar este tipo de ensino: espaços, qualidade, quantidade e adequação dos equipamentos, qualificação do perfil de

professores. Da mesma forma, todos os encarregados de educação afirmam que recomendariam o curso, suportando a sua resposta no facto de considerarem este ensino mais acessível, mais motivador e mais prático; devido à dupla certificação e ao acesso a um emprego e ao ensino superior.

No que concerne ao futuro das escolas profissionais privadas, a quase totalidade dos encarregados de educação julga pertinente que estas devam continuar a existir, pois consideram que têm muitos anos de experiência e que estão melhor preparadas para lecionar este tipo de ensino. No entanto, um dos inquiridos não é da mesma opinião, na medida em que considera que se existe no ensino público, não há necessidade de se estar a financiar as escolas privadas.

1.2 Questionário Alunos

No que concerne à retenção, dois alunos ficaram retidos uma vez e outros dois nunca ficaram. Um aluno afirmou ter tido uma retenção e outro disse apenas já ter sido retido, não referindo quantas vezes nem em que ano(s). Relativamente à mudança de escola, dos seis alunos entrevistados, dois mudaram de escola 3 vezes, dois nunca mudaram, um mudou de escola 1 vez e um dos alunos não respondeu. Quanto à opção por um curso profissional, a maioria dos alunos fê-la depois de terminar o 9º ano de escolaridade, enquanto dois tomaram esta decisão no 9º ano.

Quanto às razões e motivações da escolha do curso e da escola, relativamente ao conhecimento da existência do curso e da escola, a maioria dos alunos teve conhecimento através de amigos, de professores e pela internet ou publicidade. No que concerne ao motivo da escolha do curso e satisfação face ao mesmo, a maioria referiu o gosto pela área de estudos e melhores perspetivas de emprego. Quanto às vantagens do ensino profissional, as mais referidas foram a possibilidade de emprego, a dupla certificação, o ensino mais acessível e, por fim, aulas mais práticas. No que se refere às razões da escolha da escola, a mais apontada pelos alunos foi por ter o curso pretendido, a proximidade de casa e a influência de amigos/ familiares. A maioria dos alunos considera a FCT uma porta para o mercado de trabalho, bem como uma forma de colocar em prática o que aprendem nas aulas.

Quanto às perspetivas de futuro, todos os alunos referiram que quando terminarem o curso vão trabalhar. No que diz respeito à facilidade de acesso a um

emprego, metade dos alunos inquiridos considera que o curso profissional vai facilitar este acesso.

Relativamente à satisfação com a opção da escola e do curso, todos os alunos manifestaram satisfação com a escola, justificando esta opinião com os mesmos argumentos usados pelos encarregados de educação. Todos os alunos afirmam que recomendariam o curso, à semelhança do que havia acontecido com os encarregados de educação, considerando este ensino mais acessível, mais motivador e mais prático; devido à dupla certificação e ao acesso a um emprego e ao ensino superior.

No que se refere ao futuro das escolas profissionais privadas, quase todos os alunos consideram pertinente a sua existência devido a terem muitos anos de experiência e estarem melhor preparadas para lecionar este tipo de ensino. Em contrapartida, dois alunos são da opinião que estas escolas devem deixar de existir, baseando-se no facto de que se existem cursos profissionais no ensino público, não há necessidade de se financiar as escolas privadas.

1.3 Questionário Empresários

Quanto à satisfação com a opção da escola e do curso, a maioria dos empresários entrevistados não manifestaram uma opinião positiva face à implementação generalizada dos cursos profissionais nas escolas públicas. Também na sua maioria, os empresários atribuem relevância aos cursos profissionais no panorama da oferta educativa/formativa do ensino secundário, embora um dos entrevistados considere que estes cursos não estão a cumprir a sua função de facilitador de entrada no mercado de trabalho. Quase todos consideram que o impacto da abertura de cursos de dupla certificação nas escolas secundárias em relação às escolas profissionais contribui para a deterioração do conceito de ensino profissional, tal como defende Azevedo (2007). Todos são unânimes ao afirmar que consideram ser os alunos das escolas profissionais que entram no mercado de trabalho melhor preparados.

Os fatores influenciadores mais apontados pelos empresários entrevistados para os alunos e as famílias optarem por cursos profissionais foram a influência de alguém; o curso e a facilidade, o gosto pessoal e, por fim, a desmotivação, a dedicação/responsabilidade e a dupla certificação. Relativamente ao motivo para optarem por uma escola profissional privada, tendo o mesmo curso na escola secundária, os empresários

referiram o prestígio da escola, a influência de outros e as vagas. A maioria dos empresários inquiridos considera que o aumento da oferta educativa deste tipo de ensino pode contribuir para a diminuição do insucesso/ abandono escolar no ensino secundário. Em contrapartida, dois deles não consideram que tenha influência, pelo contrário, como por norma são obrigados a ir acabam por abandonar a escola da mesma maneira. Os empresários entrevistados são unânimes em considerar serem as escolas profissionais que reúnem melhores condições para lecionar este tipo de cursos.

Quanto ao futuro das escolas profissionais privadas, quase todos os empresários consideraram pertinente a sua existência, devido a terem muitos anos de experiência e que estejam melhor preparadas para lecionar este tipo de ensino.

1.4 Questionário Professores

Relativamente às perspetivas sobre o ensino profissional, a maioria dos professores entrevistados manifestaram uma opinião positiva face à implementação generalizada dos cursos profissionais nas escolas públicas. Maioritariamente, consideram relevantes os cursos profissionais no panorama da oferta educativa/formativa do ensino secundário devido à dupla certificação, à facilidade de entrada no mercado de trabalho e à motivação. Quase todos consideraram que a abertura de cursos de dupla certificação nas escolas secundárias, em relação às escolas profissionais, tem um impacto negativo, como já havia referido Joaquim Azevedo, reforçando a ideia que se pode passar de um caso de sucesso, nas escolas profissionais, a um caso de insucesso nas escolas secundárias, pois reduz o número de alunos nas escolas profissionais e as escolas secundárias apenas se preocupam em manter as estatísticas de alunos e os professores não estão preparados para lecionar o ensino profissional. A maioria dos professores considera a FCT uma forma de colocar em prática o que os alunos aprenderam nas aulas, bem como uma porta para o mercado de trabalho. Ainda a maioria dos professores consideraram que os alunos saem bem preparados para o mercado de trabalho quando terminam um curso profissional, sendo que o único entrevistado que manifestou alguma dúvida leciona na escola secundária.

Quanto à satisfação profissional, a maioria dos professores não está nem nunca esteve em regime de acumulação com a escola profissional privada e a quase totalidade afirmou sentir-se motivado para lecionar cursos profissionais.

Relativamente à escolha do curso e da escola, os professores consideraram serem vários os motivos que influenciam os alunos e a família, nomeadamente a dupla certificação, o acesso ao mercado de trabalho, o gosto pessoal, o curso, o percurso escolar anterior e a influência de terceiros. Relativamente ao que leva os alunos a optarem por uma escola profissional, a maioria dos professores apontou os cursos, a influência de outras pessoas, o prestígio da escola e, apenas um, a localização da escola. Quase todos os professores inquiridos consideram que a oferta formativa contribui para a diminuição do insucesso/ abandono escolar no ensino secundário e todos eles consideram que a escola onde lecionam reúne todas as condições necessárias para lecionar estes cursos.

Quanto ao futuro das escolas profissionais privadas, e no que respeita à opinião dos professores sobre a pertinência de uma escola profissional privada na região, as opiniões oscilaram entre o sim e o não.

CRUZAMENTO ENTRE GRUPOS ENTREVISTADOS

Fazendo um cruzamento entre as respostas dos grupos entrevistados, fica a saber-se que quase todos os alunos já tiveram retenções e a maioria já mudou de escola, embora do lado dos Encarregados de Educação esta situação só tenha ocorrido devido ao desejo do educando frequentar uma escola profissional. Tanto a maioria dos Encarregados de Educação, como dos alunos afirmaram que a opção por um curso profissional aconteceu ao terminarem o 9º ano de escolaridade ou, no caso dos Encarregados de Educação apenas, já durante o 10º ano.

Relativamente às motivações para a escolha do curso e da escola, tanto os E.E., como os alunos referem, maioritariamente, que tiveram conhecimento da existência do curso através de amigos e família ou na escola, acrescentando os alunos a internet ou a publicidade. Para os empresários, também se deveu à influência de terceiros, acrescentando a facilidade, o gosto pessoal e a desmotivação, a dedicação/responsabilidade e a dupla certificação.

Quanto às vantagens apresentadas do ensino profissional, as mais referidas pelos E.E. e pelos alunos foram as aulas mais práticas e a possibilidade de emprego, a dupla certificação e por ser considerado um ensino mais acessível.

Relativamente às razões dos E.E. e dos alunos pela escolha da escola, a mais preponderante foi por ter o curso pretendido e a proximidade de casa, ao que os alunos ainda acrescentaram a influência de amigos/ familiares.

Relativamente ao motivo da escolha do curso e satisfação face ao mesmo, a maioria dos pais e professores referiu o gosto pela área de estudos e melhores perspectivas de emprego, tendo os professores acrescentado a dupla certificação, o percurso escolar anterior e a influência de terceiros.

Relativamente ao motivo para optarem por uma escola profissional privada, tendo o mesmo curso na escola secundária, tanto empresários como professores referiram o prestígio da escola e a influência de terceiros. Os empresários também tiveram em conta as vagas, enquanto os professores referiram, igualmente, a localização da escola.

Tanto empresários, como professores, na generalidade, consideram que o aumento da oferta educativa deste tipo de ensino pode contribuir para a diminuição do insucesso/ abandono escolar no ensino secundário. Os empresários entrevistados são unânimes em considerar serem as escolas profissionais que reúnem melhores condições para lecionar este tipo de ensino, mas, por outro lado, todos os professores consideram que a escola onde lecionam reúne todas as condições necessárias para lecionar estes cursos.

Quanto às perspectivas de futuro, a maioria dos encarregados de educação inquiridos considerou que os seus educandos, após terminarem o curso, vão integrar o mercado de trabalho e que os educandos vão continuar os estudos. Por outro lado, todos os alunos referiram que quando terminarem o curso vão trabalhar. No geral, em ambos os grupos reina a opinião que o curso profissional vai facilitar o acesso a um emprego.

Relativamente à satisfação com a opção da escola e do curso todos os encarregados de educação e alunos revelaram satisfação com a escola, justificando esta opinião com o facto de a escola reunir boas condições para lecionar este tipo de ensino (espaços, qualidade, quantidade e adequação dos equipamentos, qualificação do perfil de professores). Da mesma forma, todos os encarregados de educação e alunos afirmam que recomendariam o curso, suportando a sua resposta no facto de considerarem este ensino mais acessível, mais motivador e mais prático, bem como devido à dupla certificação e ao acesso a um emprego e ao ensino superior.

Ainda no âmbito da satisfação com a opção da escola e do curso, mas desta feita relativamente aos empresários, a maioria não manifestou uma opinião positiva face à implementação generalizada dos cursos profissionais nas escolas secundárias e atribuem relevância aos cursos profissionais no panorama da oferta educativa/formativa do ensino secundário. Por outro lado, os professores manifestaram uma opinião positiva face à implementação generalizada dos cursos profissionais nas escolas secundárias, considerando relevantes os cursos profissionais no panorama da oferta educativa/formativa do ensino secundário devido à dupla certificação, à facilidade de entrada no mercado de trabalho e à motivação. Os empresários também referem, maioritariamente, que o impacto da abertura de cursos de dupla certificação nas escolas secundárias em relação às escolas profissionais contribui para a deterioração do conceito de ensino profissional, considerando que os alunos das escolas profissionais entram no mercado de trabalho melhor preparados. Também os professores consideraram que a abertura destes cursos nas escolas secundárias tem um impacto negativo, pois reduz o número de alunos nas escolas profissionais e as escolas secundárias apenas se preocupam em manter o número de alunos e os professores não estão preparados para lecionar o ensino profissional. Estes resultados estão em conformidade com Azevedo (2007), ao afirmar que o ensino profissional cresceu significativamente nas escolas secundárias por todo o país, fazendo com que aumentasse o número de alunos a frequentar o ensino profissional nas Escolas Secundárias e abrandasse nas Escolas profissionais, motivo pelo qual o autor teme que o ensino profissional passe de um caso de sucesso a um fracasso, pois o desenvolvimento repentino do Ensino profissional nas escolas secundárias pode vir a pôr em causa o prestígio conseguido por este tipo de ensino.

No que se refere ao futuro das Escolas Profissionais Privadas, a quase totalidade dos encarregados de educação julga pertinente que estas devam continuar a existir, pois consideram que têm muitos anos de experiência e que estão melhor preparadas para lecionar este tipo de ensino, opinião partilhada pelos alunos e pelos empresários. Já Azevedo (2010) defende que as escolas profissionais são um bom modelo educativo, único, com qualidade e bons resultados sociais. No entanto, uma minoria de E.E. e de alunos não é da mesma opinião, na medida em que considera que se existe no ensino público, não há necessidade de se estar a financiar as escolas privadas. Esta ideia está em conformidade com Antunes (2005) e o Tratado da União Europeia (1992), quando

afirmam que as escolas profissionais privadas deveriam ser capazes de criar fontes de receita que as autossustentassem, através de propinas e outros rendimentos. Isto não se verificou e estas escolas continuam a sobreviver à custa do contrato-programa e do Fundo Social Europeu. Quanto aos professores, as opiniões são divergentes.

Quanto às perspetivas sobre o ensino profissional, os professores consideram a FCT uma forma de colocar em prática o que os alunos aprenderam nas aulas, bem como uma porta para o mercado de trabalho, opinião partilhada pelos alunos. A maioria dos professores considerou que os alunos saem bem preparados das escolas profissionais para o mercado de trabalho, sendo que o único entrevistado que manifestou alguma dúvida leciona na escola secundária.

Quanto à satisfação profissional, a maioria dos professores não está nem nunca esteve em regime de acumulação com a escola profissional privada e sentem-se motivados para lecionar cursos profissionais.

Relativamente ao objetivo geral deste estudo, que era saber até que ponto os entrevistados consideram importante a existência de uma escola profissional privada na região de Lamego, concluímos que, maioritariamente, consideram pertinente, devido à sua longa experiência.

Mais objetivamente, constata-se que os alunos optaram por um curso profissional, porque gostavam da área de estudos, não gostavam do ensino regular e para terem melhores perspetivas de emprego.

Em termos de trajetória escolar, verifica-se que a maior parte dos alunos ficou retido, no mínimo uma vez, principalmente os da escola profissional. Em relação à mudança de escola, só o fizeram os da escola profissional, porque os da escola secundária já a frequentavam no 3º ciclo. A nível social, os alunos das duas escolas pertencem à classe média baixa, onde maioritariamente os pais só têm o 2º ciclo como habilitações literárias.

Constata-se, ainda, que em relação ao futuro, os alunos pretendem seguir para o mundo do trabalho. No entanto, saliente-se que os Encarregados de Educação dos alunos da Escola Profissional pretendem que os seus educandos ingressem no ensino superior.

Outra ilação que se pode retirar destas entrevistas é que os agentes educativos estão em consenso sobre a prática formativa do ensino profissional e consideram bastante importante este tipo de ensino. No entanto, maioritariamente consideram

negativo abrir estes cursos nas escolas secundárias, porque não têm experiência pedagógica, não preparam os jovens para o mundo do trabalho e porque só se preocupam meramente com os dados estatísticos, ao contrário das escolas profissionais que já têm mais de duas décadas de experiência.

Segundo os empresários e os professores, os alunos que saem melhor preparados para o mundo do trabalho são os da escola profissional. Os professores, na sua generalidade, consideram que os alunos saem bem preparados, exceto um professor da escola secundária, que apresenta algumas dúvidas.

Outra conclusão que podemos retirar é que nas entrevistas havia perguntas que não serviram para responder diretamente aos objetivos pretendidos, mas através das quais pudemos tirar ilações, como, por exemplo, o que pensam os agentes educativos das suas escolas, da formação em contexto de trabalho, até que ponto os professores se sentem preparados e motivados para lecionar o ensino profissional.

Por outro lado, conseguimos concluir que quando se responde a uma entrevista, onde se comparam duas realidades, os entrevistados raramente conseguem ser imparciais e defendem sempre as suas escolas, como é visível na questão sobre as condições da escola e se a recomendariam a alguém, entre outras.

Onde se verifica uma certa neutralidade é exatamente nos empresários.

2. LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Este estudo contou com algumas limitações, as quais se passam a mencionar de seguida. Uma das limitações enfrentadas prendeu-se com o facto de a autora ser a Diretora Pedagógica da Escola Profissional e assim conseguir ser imparcial relativamente à matéria a ser estudada. Contudo, essa barreira foi contornada e conseguiu manter-se neutra e analisar criticamente as questões a analisar, estando em conformidade com Afonso (2005). Também se constituiu uma limitação a impossibilidade de fazer generalizações de resultados para a população de professores, alunos, EE e empresários.

Outra dificuldade detetada foi identificar as empresas comuns na realização da Formação em Contexto de Trabalho dos alunos das 2 escolas e convencer os Encarregados de Educação dos alunos da Escola Secundária a responder à entrevista.

Uma perspetiva que se pretendia analisar prendia-se com a comparação do ensino profissional na União Europeia, mas os dados obtidos eram muito escassos. A língua universal é o inglês, mas como a autora não a domina, principalmente em termos científicos, não foi analisada qualquer literatura inglesa.

Contudo, o maior problema prendeu-se com a análise das entrevistas e a utilização do programa NVivo8. Esta era uma ferramenta que não conhecia e cuja explicação na internet aparecia sempre em inglês, que como já foi referido anteriormente, a autora não domina. Foram feitas imensas pesquisas, tentou encontrar-se ações de formação nesta área, mas nada surgia.

3. PERSPETIVAS DE ESTUDO FUTURO

A Revisão Curricular do Ensino Secundário, instituída em 2004, possibilitou a implementação dos Cursos Profissionais em escolas secundárias. Contudo, o modelo pedagógico inerente a estes cursos – estrutura modular – não era habitualmente aplicado nas escolas secundárias, o que, muito naturalmente, suscita a preocupação de haver algum défice de informação ou formação no que respeita ao ensino profissional, no âmbito das escolas secundárias públicas. São, pois, muitos os professores do ensino público que apresentam muitas dificuldades em trabalhar com a avaliação modular, organizar a formação em contexto de trabalho e orientar os formandos na realização da Prova de Aptidão Profissional (PAP).

Assim, consideramos que é indispensável centrar a formação de professores na escola, pois aquela assume, fundamentalmente, carácter de formação em ação e deve apoiar-se na troca de experiências. É essencial que cada professor, a equipa pedagógica e os órgãos de gestão desenvolvam competências pedagógicas, científico-técnicas e relacionais que lhes permitam desempenhar, eficientemente, a sua função no contexto da estrutura modular.

A operacionalização da estrutura modular dos cursos profissionais exige uma grande conjugação de esforços e coerência de ação por parte da equipa formativa. A sua concretização impõe, ao professor, uma ação pedagógica articulada com a diversidade das dinâmicas de aprendizagem que se geram e ajustada aos ritmos diversos de progressão dos alunos. Além, disso, constitui um desafio, uma vez que implica o desempenho de novos papéis, entre eles: Acompanhante da Formação em Contexto de Trabalho; Orientador e Acompanhante da Prova de Aptidão Profissional; Coordenador

de Cursos Profissionais; Coordenador da Formação em Contexto de Trabalho; Formador; Diretor de Curso; Orientador Educativo da Turma.

Pela diversidade e complexidade destes novos papéis, fica claro o grau de exigência e de profissionalismo que se coloca para o exercício competente da profissão docente no contexto do ensino profissional em estrutura modular. Portanto, é necessário, no futuro, apostar neste tipo de trabalho.

Como tal, sugere-se que, futuramente, este estudo seja retomado, alargando a amostra a um maior número de alunos, encarregados de educação, professores e empresários entrevistados. Sugere-se, ainda, uma investigação acerca do impacto do ensino profissional no sucesso escolar dos alunos.

BIBLIOGRAFIA

- AFONSO, N. (2005). *Investigação naturalista em educação. Um guia prático*. Porto: Asa Editores.
- AGÊNCIA NACIONAL PARA A QUALIFICAÇÃO, página consultada a 23 de novembro de 2010, disponível em <http://anq.gov.pt>
- ALMEIDA, L. & Freire, T. (2003). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação*. Braga: Psiquilíbrios Edições.
- ANTUNES, F. (2005). *Reformas do Estado e da educação: o caso das escolas profissionais em Portugal* Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia
- AZEVEDO, J. (1991). Escolas profissionais. O papel do Estado e da Sociedade Civil. In *Atas da Conferência Nacional Novos Rumos para a Educação Tecnológica e Profissional*. Porto: GETAP. ME.
- AZEVEDO, J. (Out/Dez, 1996). *A Reforma do ensino secundário vista por Joaquim de Azevedo*, in *Noesis*, 40.
- AZEVEDO, J. (Coord.) (2004). *Que estratégia para o ensino tecnológico e profissional em Portugal*. Lisboa: SEDES – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social.
- AZEVEDO, J. (outubro – 2007). *Ensino Profissional – Como transformar um sucesso num fracasso?* REVISTA Correio da Educação, n.º 309 CRIAP-ASA
- AZEVEDO, J. (2009). *O ensino profissional – analisar o passado e olhar o futuro*. Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Educação e Psicologia.
- BARDIN, L. (2004). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- BELL, J. (2002). *Como realizar um projeto de investigação*. Lisboa: Gradiva.
- BOGDAN, R. & Biklen, S.K. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução às teorias e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- CHIZZOTTI, A. (2006). *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. Petrópolis: Vozes.
- COMISSÃO EUROPEIA. (2002). *Educação e Formação na Europa: sistemas diferentes, objetivos comuns para 2010*. Acedido em 2 de Janeiro de 2012. Disponível em: <http://www.uma.pt/nunosilvafraga/wpcontent/uploads/2007/09/educacao-e-formacao-naeuropa-sistemas-diferentes-objectivos-comuns-para-2010.pdf>.
- CUNHA, M.J.S. (2009). *Investigação Científica. Os passos da Investigação Científica no Âmbito das Ciências Sociais e Humanas*. Vila Real: Ousadias

Decreto-Lei nº 26/89, de 21 de janeiro

Decreto-Lei nº 397/88, de 8 de novembro

Decreto-Lei nº 74/2004, de 26 de março

Despacho Normativo nº 194/83, de 21 de outubro

FACHIN, O. (2001). *Fundamentos de metodologia*. São Paulo: Saraiva.

FERREIRA, F. I. (1998). *Dinâmicas Locais de Formação*. Braga: CESC/Universidade do Minho.

GABINETE DE ESTATÍSTICA E PLANEAMENTO DA EDUCAÇÃO, página consultada a 19 de novembro, disponível em www.gepe.min-edu.pt

GHIGLIONE, R., & Matalon, B. (1993). *O Inquérito – Teoria e Prática*. Oeiras: Celta Editora.

HILL M.; Hill A. (2005). *Investigação por Questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.

JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA, nº C111, *Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho*, de 23 de abril de 2008

LBSE – Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 46/86, de 14 de outubro)

LESSARD-HÉRBERT, M.; Goyette, G. & Boutin, G. (2005). *Investigação qualitativa: Fundamentos e prática*. Lisboa: Instituto Piaget.

MADEIRA, M. (2003). *Ensino Profissional de Jovens Um Percurso Escolar Diferente para a (Re)Construção de Projectos de Vida*, Revista Lusófona de Educação, 2006, 7, 121-141

MARQUES, M. (1993). *O Modelo Educativo das Escolas Profissionais: um Campo Potencial de Inovação*. Lisboa: EDUCA.

MARQUES, M. (1992). *A decisão política em educação. Partenariado socioeducativo como modelo decisional. O caso das escolas profissionais*. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

Ministério da Educação, *Educação e Formação em Portugal*, 2007

Ministério da Educação, PRODEP III, Relatório de Execução, 2006

Ministério da Educação/Departamento do Ensino Secundário, 2002

PINHO, M. (1997). *A orientação escolar e profissional numa dimensão europeia*, REVISTA Millenium, Relatório da Série N.º 5, Editora Instituto Politécnico de Viseu

Portaria n.º 782/2009, de 23 de julho

Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal, página consultada a 2 de dezembro, disponível em www.prodep.min-edu.pt

- Programa Operacional do Potencial Humano, disponível em www.poph.qren.pt
- Quadro de Referência Estratégico Nacional, disponível em www.qren.min-edu.pt
- QUIVY, R. & Campenhoudt, L. (2003). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Sindicato dos Professores do Norte, VII Congresso Nacional dos Professores, promovido pela FENPROF, março de 2001, disponível em www.spn.pt
- SOUSA, A.B. (2005). *Investigação em Educação*. Lisboa: Livros Horizonte.
- TUCKMAN, B. (2002). *Manual de Investigação em Educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- VAZ-FREIXO, M.J. (2011). *Metodologia Científica – Fundamentos Métodos e Técnicas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- YIN, R.K. (2005). *Estudo de Caso – Planeamento e Método*. Porto Alegre: Bookman.

ANEXOS

Anexo 1: Estrutura do instrumento de recolha de dados – Encarregados de Educação

Domínios	Categorias	Subcategorias	Questões da Entrevista
<u>Percurso escolar do aluno</u>	Retenção	1 retenção	<i>1. Como foi o percurso escolar do seu filho? Alguma vez ficou retido? Se sim, quantas vezes? Em que anos?</i>
		2 retenções	
		3 retenções	
		Nenhuma retenção	
	Mudança de escola	1 mudança de escola	<i>2. Quantas vezes o seu filho mudou de escola? Porquê?</i>
Opção por curso profissional	9º ano	<i>3. Em que altura do percurso escolar do seu educando optou por um curso profissional?</i>	
	10º ano		
<u>Escolha do curso e da Escola: razões e motivações</u>	Conhecimento do curso e da escola	Amigos/ família	<i>4. Como teve conhecimento da existência do curso e da escola?</i>
		Professor/ director de turma	
		Psicólogo	
	Razão da escolha do curso	Gosto pessoal	<i>5. Porque é que o seu educando escolheu um curso profissional? Ele está satisfeito com o curso?</i>
		Perspetiva de emprego	
		Insatisfação	
	Vantagens do ensino profissional	Aulas práticas	<i>6. Quais as vantagens do ensino profissional em relação ao ensino regular?</i>
		Possibilidade de emprego	
Certificação			
Razão da escolha da escola do filho	Acessibilidade	<i>7. Porque é que escolheu esta Escola para o seu filho?</i>	
	Proximidade de casa		
	Influência amigos/ família		
<u>Perspetivas de futuro</u>	Decisão pós-curso	Curso	<i>8. Após o curso, o que pensa que o seu filho vai fazer?</i>
		Mudança de escola	
	Facilidade de acesso a emprego	Ensino Superior	<i>9. Pensa que o curso lhe vai facilitar o acesso a um emprego?</i>
		Mercado de trabalho	
<u>Satisfação com a opção da escola e do curso</u>	Satisfação com a escola	Sim	<i>10. Está satisfeito com a Escola? Porquê?</i>
	Recomendação da escola	Sim	<i>11. Recomendaria a alguém este curso? Porquê?</i>
<u>Futuro das Escolas Profissionais Privadas</u>	Pertinência das Escolas Profissionais Privadas	Sim	<i>12. Uma vez que o ensino profissional foi alargado às escolas secundárias, acha pertinente a existência de uma escola profissional privada na região? Se sim, Porquê? Se não, porquê?</i>
		Não	

Anexo 2: Estrutura do instrumento de recolha de dados - Alunos

Domínios	Categorias	Subcategorias	Questões da Entrevista	
<u>Percurso escolar do aluno</u>	Retenção	1 retenção	<i>1. Como foi o seu percurso escolar? Alguma vez ficou retido? Se sim, quantas vezes? Em que anos?</i>	
		2 retenções		
		Sim		
	Nenhuma retenção			
	Mudança de escola	1 mudança de escola		<i>2. Quantas vezes mudou de escola? Porquê?</i>
		3 mudanças de escola		
Nenhuma				
Opção por curso profissional	9º ano	<i>3. Em que altura do seu percurso escolar optou por um curso profissional?</i>		
	10º ano			
<u>Escolha do curso e da Escola: razões e motivações</u>	Conhecimento do curso e da escola	Amigos	<i>4. Como teve conhecimento da existência do curso e da escola?</i>	
		Internet/ publicidade		
		Professor		
	Razão da escolha do curso	Gosto pessoal		<i>5. Porque é que escolheu um curso profissional? Está satisfeito com o curso?</i>
		Perspetiva de emprego		
	Vantagens do ensino profissional	Aulas práticas		<i>6. Quais as vantagens do ensino profissional em relação ao ensino regular?</i>
		Possibilidade de emprego		
		Certificação		
		Acessibilidade		
	Razão da escolha da escola do filho	Proximidade de casa		<i>7. Porque é que escolheu esta Escola?</i>
		Influência amigos/ família		
	Formação em Contexto de Trabalho	Curso		<i>8. O que pensa da formação em Contexto de Trabalho?</i>
Mercado de trabalho				
<u>Perspetivas de futuro</u>	Facilidade de acesso a emprego	Prática	<i>9. Após o curso, o que pensa fazer?</i>	
		Mercado de trabalho		
		Sim		
<u>Satisfação com a opção da escola e do curso</u>	Satisfação com a escola	Sim	<i>9. Pensa que o curso lhe vai facilitar o acesso a um emprego?</i>	
		Incerteza		
	Recomendação da escola	Sim	<i>10. Está satisfeito com a Escola? Porquê?</i>	
		Sim		
<u>Futuro das Escolas Profissionais Privadas</u>	Pertinência das Escolas Profissionais Privadas	Sim	<i>11. Recomendaria a alguém este curso? Porquê?</i>	
		Não		
			<i>12. Uma vez que o ensino profissional foi alargado às escolas secundárias, acha pertinente a existência de uma escola profissional privada na região? Se sim, Porquê? Se não, porquê?</i>	

Anexo 3: Estrutura do instrumento de recolha de dados - Professores

Domínios	Categorias	Subcategorias	Questões da Entrevista
<u>Escolha do curso e da Escola: razões e motivações</u>	opinião sobre implementação generalizada dos cursos profissionais nas escolas públicas	Favorável	<i>O que pensa da implementação generalizada dos cursos profissionais nas escolas públicas?</i>
		Desfavorável	
	relevância atribuída aos cursos profissionais no panorama da oferta educativa/formativa do ensino secundário	Motivação	<i>Que relevância atribui aos cursos profissionais no panorama da oferta educativa/formativa do ensino secundário?</i>
		Dupla certificação	
		Mercado de trabalho	
	impacto da abertura de cursos de dupla certificação nas escolas secundárias em relação às escolas profissionais	Negativo	<i>Qual o impacto da abertura de cursos de dupla certificação nas escolas secundárias em relação às escolas profissionais?</i>
		Razoável	
	FCT	Mercado de trabalho	<i>Que importância atribui à Formação em Contexto de Trabalho? Como está organizada a Formação em contexto de trabalho na sua escola?</i>
		Prática	
	alunos bem preparados para o mercado de trabalho	Sim	<i>Considera que os alunos saem bem preparados para o mercado de trabalho?</i>
Talvez			
<u>Satisfação profissional</u>	acumulação com escola profissional privada	Não	<i>Já alguma vez esteve em regime de acumulação com uma escola profissional privada? Quais as diferenças e semelhanças entre os dois tipos de escolas?</i>
		Sim	
	motivação para leccionar cursos profissionais	Sim	<i>Sente-se profissionalmente motivado/preparado para leccionar os cursos profissionais?</i>
		Por vezes	
<u>Satisfação com a opção da escola e do curso</u>	fatores que influenciaram escolha do curso e escola	Dupla certificação	<i>Na sua opinião, quais os factores que mais influenciam a opção dos alunos e das suas famílias por este tipo de cursos?</i>
		Facilidade de acesso mercado de trabalho	
		Influência	
		Gosto pessoal	
		Curso	
		Percurso anterior	
	motivações dos alunos	Prestígio	<i>O que leva os alunos a optarem pela escola profissional privada?</i>
		Cursos	
	contributo da oferta formativa para a diminuição do insucesso/abandono escolar no ensino secundário	Influência	<i>Na sua opinião, o aumento da oferta formativa deste tipo de ensino pode contribuir para a diminuição do insucesso/abandono escolar no ensino secundário? Porquê?</i>
		Localização	
condições da escola para leccionar estes cursos	Contribui	<i>Considera que a escola reúne boas condições para leccionar este tipo de cursos?</i>	
	Não contribui		
<u>Futuro das Escolas profissionais privadas</u>	pertinência das Escolas Profissionais Privadas	Sim	<i>Uma vez que o ensino profissional foi alargado às escolas secundárias, acha pertinente a existência de uma escola profissional privada na região? Se sim, Porquê? Se não, porquê?</i>
		Não	

Anexo 4: Estrutura do instrumento de recolha de dados – Empresários

Domínios	Categorias	Subcategorias	Questões da Entrevista
<u>Satisfação com a opção da escola e do curso</u>	opinião sobre implementação generalizada dos cursos profissionais nas escolas públicas	Favorável	<i>O que pensa da implementação generalizada dos cursos profissionais nas escolas públicas?</i>
		Desfavorável	
	relevância atribuída aos cursos profissionais no panorama da oferta educativa/formativa do ensino secundário	Pouco relevante	<i>Que relevância atribui aos cursos profissionais no panorama da oferta educativa/formativa do ensino secundário?</i>
		Relevante	
	impacto da abertura de cursos de dupla certificação nas escolas secundárias em relação às escolas profissionais	Formação específica	<i>Qual o impacto da abertura de cursos de dupla certificação nas escolas secundárias em relação às escolas profissionais?</i>
		Concorrência	
		Incentivo	
alunos melhor preparados	Deterioração do conceito	<i>Na sua opinião, quais são os alunos que saem mais bem preparados para o mercado de trabalho?</i>	
	Escola Profissional		
<u>Escolha do curso e da Escola: razões e motivações</u>	factores que mais influenciam a opção dos alunos e das suas famílias por cursos profissionais	Curso	<i>Na sua opinião, quais os factores que mais influenciam a opção dos alunos e das suas famílias por cursos profissionais?</i>
		Influência	
		Gosto pessoal	
		Facilidade	
		Desmotivação	
		Dedicação/ responsabilidade	
	motivo para os alunos optarem pela escola profissional privada, tendo o mesmo curso na escola pública	Dupla certificação	<i>Na sua opinião, o que leva os alunos a optarem pela escola profissional privada, tendo o mesmo curso na escola pública?</i>
		Prestígio	
	possibilidade de o aumento da oferta formativa deste tipo de ensino contribuir para a diminuição do insucesso/abandono escolar no ensino secundário	Influência	<i>Na sua opinião, o aumento da oferta formativa deste tipo de ensino pode contribuir para a diminuição do insucesso/abandono escolar no ensino secundário? Porquê?</i>
		Vagas	
escola que reúne as melhores condições para leccionar este tipo de cursos	Sim	<i>Na sua opinião, qual das escolas reúne as melhores condições para leccionar este tipo de cursos? Porquê?</i>	
	Não		
<u>Futuro das Escolas Profissionais Privadas</u>	pertinência das Escolas Profissionais Privadas	Escola Profissional	<i>Uma vez que o ensino profissional foi alargado às escolas secundárias públicas, acha pertinente a existência de uma escola profissional privada na região? Se sim, Porquê? Se não, porquê?</i>
		Sim	
		Não	